

A Auditoria-Fiscal do Trabalho na luta pelos fundamentos da Constituição: Cidadania, Dignidade da pessoa humana e Valores sociais do trabalho.





Ao sediar a 32ª edição do Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, Curitiba foi também palco de um momento importante e necessário para a categoria: o posicionamento a respeito da conduta do superintendente do Trabalho do Paraná, Neivo Berladin, que culminou com a realização de ato público, no dia 27 de novembro, penúltimo dia do evento. Munidos de cartazes, determinação e coragem para colocar fim aos desmandos de Berladin, centenas de Auditores-Fiscais caminharam cerca de dois quilômetros pelas ruas do centro da cidade, até a sede da Superintendência e deram seu recado em relação a um problema que se tornou um lamento que deixa indignados todos os Auditores do país, não apenas os do Paraná.

Na programação técnica, palestrantes e painelistas qualificados falaram sobre o tema central do evento - A Auditoria-Fiscal do Trabalho na luta pelos fundamentos da Constituição: cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho, que rendeu várias discussões e debates, em função da escolha de assuntos que fazem parte do dia a dia da Fiscalização do Trabalho. Ao longo de uma semana os Auditores-Fiscais acumularam informações que contribuem para ampliar o conhecimento da categoria, além de o evento permitir debates acalorados e produtivos.

Nesta segunda passagem do Enafit pela capital paranaense, a primeira vez foi em 1986 – o Enafit aconteceu em outra cidade paranaense, Foz do Iguaçu, em 2002 – os enafitianos contaram com hospitalidade, uma programação técnica e cultural cuidadosamente preparada, além das belezas que Curitiba tem e que encantam quem visita a cidade.

Como em todos os anos, os enoites marcaram a confraternização de colegas e amigos. Depois de discussões intensas, nada melhor do que desfrutar de momentos agradáveis, com boa música, boa bebida e muita cultura local. Tudo o que aconteceu dentro da programação técnica do 32º Enafit teve extensa cobertura jornalística. A habitual, com informações disponibilizadas no *site* do Sinait e ainda a cobertura de TV, que teve uma matéria de resumo diário e destaque para a cobertura em vídeo da manifestação pela saída de Neivo Berladin, além da publicação de posts na fanpage do Sinait, em tempo real. Para assistir os vídeos de cobertura do Enafit, acesse o link vídeos no site do Sindicato.

A síntese de todo o evento está aqui para você que participou e quer lembrar os bons momentos e para o Auditor-Fiscal do Trabalho que não esteve presente se inteirar de tudo, além de como sempre, ser fonte de pesquisa para a categoria.

Boa leitura!

Apresentação

Carta de Curitiba

Abertura

Conferência de abertura

Paineis

Encontro com o secretário de Inspeção do Trabalho

 Defesa política da categoria

 A farsa da terceirização

 Atuação integrada entre AFT, MPT e JT

 Combate à informalidade e seus reflexos na fiscalização do FGTS

 Causas e consequências dos acidentes de trabalho no Brasil

VI Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho

Cursos de Atualização

 Alterações Recentes das NRs 13 e 22

 Fiscalização no setor de navios cruzeiros

 Fiscalização no setor de transporte rodoviário de cargas e passageiros

 Fiscalização na Construção Civil em obras de infraestrutura e trabalho em altura (NR 35)

Plenárias de política de classe

 A ENIT - Escola Nacional de Inspeção do Trabalho que queremos

 Enfrentamento aos ataques à Fiscalização do Trabalho - SUT/Sistema Único do Trabalho

 Contribuições para o aprimoramento da metodologia de fiscalização

Palestras

 Universitários

 Motivacional

Concursos

 Artigos científicos

 Fotografia

 Lançamento de livro

Tribuna Livre

Encerramento

 Proposições e moções

 33º Enafit

 Sessão de encerramento

Programação cultural



Carta de Curitiba

Os Auditores-Fiscais do Trabalho do Brasil, reunidos em Curitiba-PR, por ocasião do 32º Encontro Nacional - Enafit, diante do afrontoso desrespeito aos direitos dos trabalhadores – cidadania, dignidade da pessoa e valor social do trabalho –, o que constitui inaceitável ofensa ao que estabelece o art. 1º da Constituição Federal, tema central deste Encontro, dirigem-se à sociedade brasileira para:

DENUNCIAR que mais de 700 mil acidentes de trabalho ocorrem todos os anos no Brasil, com mais de 2.800 mortes e mais de 14.000 casos de invalidez permanente, por descumprimento da legislação trabalhista. Os gastos astronômicos com esses infortúnios representam, anualmente, duas vezes os valores despendidos na Copa do Mundo de 2014, cerca de 70 bilhões de reais, além das maiores perdas, que são a vida, a saúde e a integridade física do trabalhador. Essa realidade chocante, com sérios prejuízos para os cofres públicos, para outras políticas sociais prioritárias e para as famílias, tem sido acintosamente ignorada.

ALERTAR que milhões de trabalhadores sem Carteira assinada têm seus direitos fundamentais vilipendiados, a par dos prejuízos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Previdência Social. Se o Supremo Tribunal Federal - STF vier a permitir a terceirização na atividade fim das empresas, sob o argumento de uma pretensa modernidade, irá fragilizar as relações de emprego, elevar o número de acidentes de trabalho graves e fatais e provocar a excessiva rotatividade de trabalhadores. Estudos econômicos indicam que a redução da informalidade é, em grande parte, reflexo das ações dos Auditores-Fiscais do Trabalho, fato que não tem sido levado em conta para fortalecer a luta com que buscamos a valorização do trabalho e o reconhecimento dos direitos do trabalhador.

RESSALTAR que não se pode aceitar o Brasil como uma nação indiferente e alheia às causas sociais. Ainda no século XXI vicejam situações desumanas e degradantes, como o tráfico de pessoas, para fins de exploração de mão de obra ou de escravidão, e o trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, o que nos compromete como Estado e nos envergonha como povo.

DISCORDAR da utilização política do Ministério do Trabalho e Emprego, o que diminui o seu papel histórico de protagonista do equilíbrio na relação capital x trabalho, em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores do Brasil, proporcionando, em consequência, um número elevadíssimo de processos na Justiça do Trabalho.

DENUNCIAR a desestruturação brutal do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente nas suas instâncias regionais, com várias Superintendências sucateadas, fechadas ou interdidas por insegurança, sem quadro de pessoal adequado ou política de valorização de servidores, que migram para outros segmentos profissionais. Essa situação gerou o enfraquecimento das unidades descentralizadas do MTE, a eternização do déficit no atendimento aos trabalhadores e a impossibilidade de articulação com outras instâncias do serviço público, o que leva ao esvaziamento das funções institucionais.

MANIFESTAR veemente contrariedade ao SUT – Sistema Único do Trabalho, por ser uma iniciativa antidemocrática, gerada em discussões restritas, nas quais se nega a participação da sociedade e dos servidores envolvidos. A proposta interfere diretamente na Auditoria-Fiscal do Trabalho, ferindo as normas constitucionais e as convenções internacionais ratificadas pelo Estado brasileiro, que estabelecem uma fiscalização federal,





como instrumento de atuação independente. Esse modelo permite a transformação do FAT, sem clareza quanto ao seu controle e à utilização dos seus recursos. O chamado SUT não é a solução adequada para a classe trabalhadora nem representa o fortalecimento do Sistema Nacional de Emprego, nos termos da Convenção nº 88, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no sentido de que se integrem as ações no setor, alternativa que consideramos válida.

PROPUGNAR pela construção da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - ENIT como órgão integrante da estrutura do MTE, com autonomia funcional, financeira e orçamentária, de acordo com o projeto do SINAIT, elaborado por docentes da Universidade de Brasília (UnB), com a contribuição de diversos Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país.

EXIGIR a urgente realização de concurso público, com as subseqüentes contratações orientadas pelas recomendações e pelos critérios da OIT, consoante os estudos apresentados pelo Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com base no número de acidentes de trabalho, na informalidade e na exploração do trabalho infantil.

RECOMENDAR a pronta majoração dos valores das multas trabalhistas, que não atendem o caráter pedagógico e repressivo e até estimulam o descumprimento da lei, o que é decididamente inaceitável.

PROPOR a adoção urgente de políticas oficiais de integração entre as instituições do sistema legal trabalhista, como a Auditoria-Fiscal do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho - MPT, a Justiça do Trabalho e o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, mantida a autonomia das instituições visando o fortalecimento da proteção dos trabalhadores do Brasil.

REPUDIAR a ocupação dos cargos de Superintendente Regional do Trabalho e Emprego por indicação política, em detrimento do interesse público. É imprescindível que o cargo seja privativo de Auditor-Fiscal do Trabalho, técnico qualificado e comprometido com os objetivos permanentes da inspeção do trabalho, do MTE e, ainda, com os interesses da classe trabalhadora.

DENUNCIAR o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná, Neivo Beraldin, por manifesta interferência danosa nas ações da Auditoria-Fiscal do Trabalho, em especial na área de segurança e saúde, com procrastinação de medidas em situações de grave e iminente risco para os trabalhadores, desvirtuamento de rotinas e de procedimentos legais, além de assédio moral aos Auditores-Fiscais do Trabalho e servidores, e EXIGIR sua imediata exoneração.

Por fim, CONCLAMAR a sociedade brasileira a se integrar à nossa luta e exigir respostas dos governantes, considerando a insubstituível atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho na defesa da ordem jurídica constitucional e trabalhista. Esse, o compromisso que renovamos na luta por uma sociedade mais equânime, solidária e fraterna, em que a dignidade humana, a justiça social e a cidadania plena deixem de ser privilégios de poucos e se tornem, definitivamente, direitos de todos os trabalhadores brasileiros.

Curitiba, 28 de novembro de 2014.

Na abertura, a defesa dos direitos fundamentais da Constituição

Rosa Jorge defendeu um Sindicato forte, a união da categoria e conclamou os Auditores-Fiscais do Trabalho a divergir sem dividir



Presidente do Sinait fez discurso acolhedor e ao mesmo tempo contundente sobre papel do Sindicato.

“Cidade linda e amorosa da terra de Guairacá. Jardim luz, cheio de rosa capital do Paraná...” A Marcha da Cidade de Curitiba, seguida do Hino Nacional Brasileiro, executados pela Banda Lyra Curitibana, foram o toque inicial do 32º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Enafit no dia 23 de novembro. A solenidade de abertura

aconteceu no Paraná Clube e contou com mais de 700 participantes. Foi com um convite para refletir sobre a Auditoria-Fiscal do Trabalho e toda a diversidade que forma o conjunto dos Auditores-Fiscais do país, que a presidente da Delegacia Sindical do Paraná e do Enafit, Maria Teresa Pacheco Jensen, abriu o evento.

Para a Auditora-Fiscal do Trabalho o Enafit é uma oportunidade de pensar aonde se quer chegar e também perceber a importância do trabalho dos Auditores para as pessoas. “É muito bom receber colegas de todas as partes do Brasil aqui, fico feliz de poder falar com uma plateia de alto nível. Somos agentes de transformações sociais, temos sonhos, ideais, então vamos fazer do Enafit um momento de pensar sobre o que queremos. Temos uma semana para esta reflexão, não apenas para fazer uma discussão conjunta, mas para conhecermos a nossa diversidade”.

O presidente da Confederação Iberoamericana



Maria Teresa, presidente do Enafit, falou da importância de compartilhar experiências com os colegas e refletir sobre a diversidade da categoria

de Inspeção do Trabalho - CIIT, Valdiney Antônio de Arruda, agradeceu ao Sinait pela parceria na realização da Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho, que chega à sua sexta edição. Segundo ele, é preciso fortalecer a inspeção não só no Brasil, mas em todos os países que fazem parte da Confederação. “Estudos mostram que os problemas são muito parecidos em diferentes países, por isso é fundamental que a gente se una, porque uma inspeção forte beneficia os Auditores e principalmente os trabalhadores”, analisou.

O procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho no Paraná, Gláucio Araújo de Oliveira, falou sobre os resultados positivos da fiscalização no Estado, citou ações do Grupo Móvel e também aquelas de combate ao trabalho



Para Valdiney Arruda, então presidente da CIIT, é importante discutir a integração da Inspeção do Trabalho nos países membros da Confederação

infantil e de proteção aos menores infratores, que em sua opinião são de extrema importância para ao país. “Os Auditores-Fiscais do Trabalho são nossos grandes parceiros, os juízes levam em consideração seus relatórios e isso nos ajuda na solução de diversos problemas de ordem



O procurador Gláucio Araújo citou ações do Grupo Móvel e de combate ao trabalho infantil e lembrou resultados positivos da fiscalização

trabalhista. Sei que temos muitos problemas, como a carência de um efetivo maior, mas quero dizer que o Ministério Público está de portas abertas para os Auditores”, disse.

Paulo Sérgio de Almeida, secretário de Inspeção do Trabalho, que representava o ministro Manoel Dias na solenidade, iniciou sua fala lembrando a tradição do Enafit e a oportunidade de reflexão que o evento traz para todos, contribuindo para que os Auditores-Fiscais pensem o futuro da carreira, além dos momentos de confraternização vividos ao longo de uma semana. Ele falou dos avanços e de males que ainda assolam o país, como o trabalho escravo, o trabalho infantil e a informalidade. “Este ano lançamos o Plano de Combate à Informalidade voltado aos



O Secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, falou que a Auditoria-Fiscal do Trabalho é uma das instituições mais atuantes na defesa do trabalho decente.

trabalhadores assalariados. Seja nas cidades ou no campo, é de fundamental importância que a Inspeção do Trabalho atue com determinação na formalização de milhares de trabalhadores que ainda estão à margem dos direitos e da proteção social”.

O secretário falou ainda que a Auditoria-Fiscal do Trabalho é uma das instituições mais atuantes na luta pelo trabalho decente. “Tenho orgulho de ser Auditor-Fiscal, porque sempre identifiquei nosso trabalho como ferramenta para melhorar o mundo e alcançar a justiça social”, completou.

Sindicato forte

A presidente do Sinait, Rosa Jorge, disse que os Enafits continuam proporcionando a oportunidade de reencontrar amigos, de fazer novos amigos e de conhecer melhor os novos integrantes da carreira que, compareceram em número significativo, demonstrando que estão interessados nos destinos da categoria e da Inspeção do Trabalho. Ela mostrou disposição para fazer os enfrentamentos necessários na luta por uma Inspeção do Trabalho cada vez mais forte. “A conjuntura atual no que tange aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, indica que teremos muitos desafios a vencer, fortes obstáculos a transpor, muitas dificuldades a superar, e é isso que faremos”, frisou.

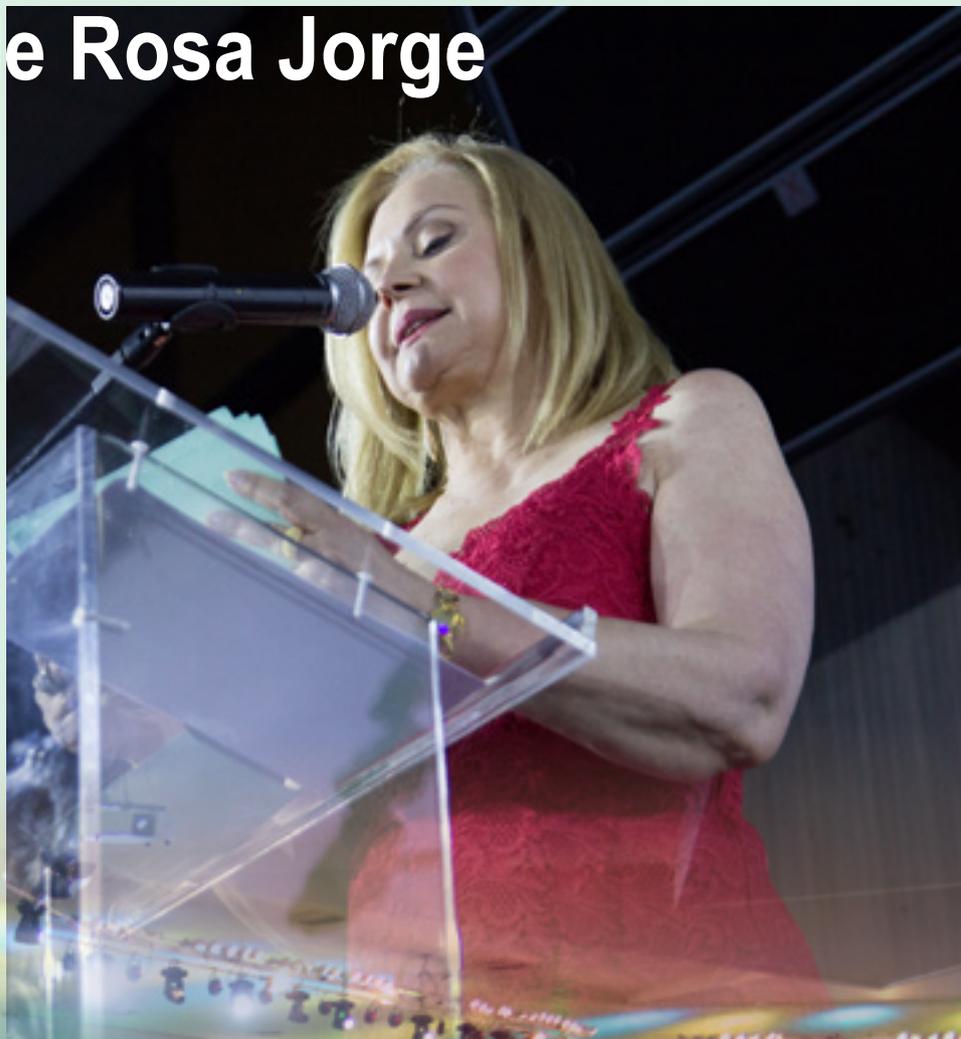
Rosa Jorge falou ainda da importância do Sinait para a categoria, uma vez que o Sindicato é a única instituição no plano nacional que representa os Auditores-Fiscais do Trabalho e que tem competência e condições para lutar pela melhoria das condições de trabalho e salário, seja para a categoria, seja para os trabalhadores em geral, por meio das diversas formas de atuação e também através de suas campanhas institucionais.

“Não somos mais ilustres desconhecidos.

Temos nome e sobrenome, temos o respeito de todos. O Sinait participa da Mesa Nacional de Negociação no Ministério do Planejamento e é protagonista da Mesa Setorial de Negociação do Ministério do Trabalho e Emprego. Temos assento na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo desde sua criação, em 2003. O Sinait é uma entidade respeitada por sua intensa atuação em diversos fóruns em defesa, em primeiro lugar, dos direitos e interesses dos Auditores-Fiscais do Trabalho, mas também dos trabalhadores no serviço público e na iniciativa privada”.

A presidente falou ainda sobre tentativas de divisão da categoria que vêm ocorrendo. “Infelizmente, temos que abrir um parêntese para alertar os Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o Brasil, que não se deixem levar pelos discursos daqueles que tentam, a todo custo, denegrir a imagem do Sinait, no afã de dividir a categoria, com ideias divisionistas e objetivos pessoais inconfessáveis, fazendo o jogo do governo, dividir para governar. A divisão da categoria só irá desfazer tudo o que foi construído ao longo desses 26 anos”, finalizou.

Leia o discurso de Rosa Jorge na íntegra



“Boa noite, Senhoras e Senhores, Convidados, Autoridades, Representantes de entidades sindicais presentes, colegas que aqui representam a Associação dos Inspetores do Trabalho do Uruguai e do Sindicato dos Inspetores do Trabalho da Espanha, queridos Colegas Auditores-Fiscais do Trabalho e familiares que vieram de todos os rincões desse nosso Brasil continental, sejam todos bem-vindos e recebam desde já nosso agradecimento por terem aceitado o convite para juntos discutirmos as questões que envolvem a relação capital e trabalho e da fiscalização do trabalho, em especial o encargo precioso que a Constituição Cidadã de 1988 delegou aos Auditores-Fiscais do Trabalho, a defesa do Direito Social.

Faço aqui um cumprimento aos colegas desse Estado que mais uma vez, com muito cuidado e carinho nos acolhem. Ao voltarmos a esta grandiosa cidade Curitiba, capital do Paraná, um Estado rico de todas as formas, que engrandece a nossa Pátria, palco do Quinto Encontro Nacional realizado em 1986 e do vigésimo segundo, em Foz do Iguaçu, em 2004.

Esta linda Capital, terra dos pinheirais e do poeta Paulo Leminski, da invejável qualidade de vida, da excelência nos serviços públicos, do frio e de todas as delícias que o acompanham, além do calor humano uma de suas maiores virtudes, que consigamos aqui avançar cada vez mais com o objetivo de melhorar ainda mais a qualidade da prestação do serviço de fiscalização das relações do trabalho, de que tanto nos orgulhamos.

Constatamos que os Encontros dos Auditores Fiscais do Trabalho - Enafits continuam nos proporcionando a oportunidade de reencontrar amigos, de fazer novos amigos e de conhecer melhor os novos integrantes da carreira que, para nossa felicidade e regozijo, aqui comparecem em número significativo, demonstrando que estão interessados nos destinos da categoria e da Inspeção do Trabalho.

Temos a certeza que todos participarão dos importantes debates para a nossa categoria, com novas ideias e motivações. Acreditem, cresceremos muito com a participação intensa neste evento.

Os assuntos espinhosos serão esmiuçados na programação técnica, em diversos espaços dos debates que permeiam o tema central deste trigésimo segundo Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho: “A Auditoria-Fiscal do Trabalho luta pelo cumprimento dos fundamentos da Constituição: cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho”.

Será uma semana bem agitada, recheada de fortes emoções, e confraternizações.

A conjuntura atual no que tange aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, indica que teremos muitos desafios a vencer, fortes obstáculos a transpor, muitas dificuldades a superar, e é isso que faremos.

A história desta brava categoria tem demonstrado que força e coragem sempre nos impulsionaram a avançar, a ponto do SINAIT ocupar o patamar que lhe foi consagrado junto aos poderes constituídos da República, como a entidade que representa os Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país.

Todos conhecem a história da categoria, desde a criação das Associações Estaduais até a criação, concretização e solidificação do Sinait, nascido dos encontros nacionais, como este que se inicia hoje.

Em sua trigésima segunda edição, o Enafit (cuja origem foram os Enaits), é uma instância de valor, que uniu e reuniu colegas de todos os Estados do Brasil.

Ao longo de todos esses anos, cumpre a missão de colocar na cena nacional as questões e problemas internos, as nossas virtudes e as escolhas para trilhar os caminhos que virão, bem como, para ser um espaço de divulgação das mazelas que cercam a relação capital e trabalho no Brasil, com denúncias junto às autoridades constituídas, à sociedade, à Organização Internacional do Trabalho, como a denúncia contra o governo brasileiro pelo descumprimento da Convenção 81, em razão do baixo número de Auditores-Fiscais feita em março desse ano e rratificada em outubro, e a denúncia pelas

nossas péssimas condições de trabalho em todas as unidades do Ministério do Trabalho e Emprego, que foi protocolada também em outubro passado.

O Sinait é hoje a única entidade no plano nacional que representa os Auditores-Fiscais do Trabalho e que tem competência e condições para lutar pela melhoria das condições de trabalho e salário, seja para a nossa categoria, seja para os trabalhadores em geral, por meio das diversas formas de atuação e também através de suas campanhas institucionais.

Foi com uma grande articulação política, realizada por devotados dirigentes das instituições precursoras do Sinait, à época, que possibilitou a inserção do inciso 24 no artigo 21 da Constituição Federal, garantindo a Inspeção do Trabalho como competência exclusiva da União.

Na mesma Constituição, os servidores públicos conquistaram o direito de se organizar em sindicatos, o que favoreceu a fundação do Sinait, no dia 7 de outubro de 1988, apenas dois dias depois da promulgação da nova Carta Magna.

E isso só foi possível graças ao entendimento dos Auditores-Fiscais de todo o Brasil, que haviam se preparado para a criação do Sinait, que só um sindicato nacional forte e unido poderia garantir uma verdadeira representação da categoria. Assim nasceu a primeira entidade sindical nacional de servidores públicos criada e fundada pós Constituição Cidadã de 1988, o que muito nos orgulha.

Retroceder ao passado é desmerecer o trabalho de toda uma geração de abnegados e idealistas Auditores-Fiscais do Trabalho.

Como Entidade Nacional, completamos 26 anos de ininterrupta luta para dar visibilidade à carreira, melhorar as condições de trabalho e de remuneração e, uma das mais árduas e difíceis foi a que reconheceu a nossa atividade como também arrecadatória, e passamos a integrar o seletivo Grupo Fisco, equiparados às carreiras de fiscalização, como a da Receita Federal do Brasil.

Não somos mais ilustres desconhecidos. Temos nome e sobrenome, temos o respeito de todos. O Sinait participa da Mesa Nacional de Negociação no Ministério do Planejamento e é protagonista da Mesa Setorial de Negociação do Ministério do Trabalho e Emprego. Temos assento na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo desde sua criação, em 2003. O Sinait é uma entidade respeitada por sua intensa atuação em diversos fóruns em defesa, em primeiro lugar, dos direitos e interesses dos Auditores-Fiscais do Trabalho, mas também dos trabalhadores no serviço público e na iniciativa privada.

Os trabalhadores e suas entidades, inúmeras vezes, procuram e veem no Sinait a sua tábua de salvação e depositam na categoria sua confiança e esperança.

É por eles, para eles, que lutamos tanto pelo fortalecimento da Auditoria-Fiscal do Trabalho, pela recomposição e qualificação da categoria, pela excelência no atendimento e pelo maior alcance das fiscalizações. Não perdemos de vista nossos próprios direitos, pois sem dignidade em nosso trabalho, não seremos capazes de defender a dignidade alheia.

Nessa missão de defender a parte mais vulnerável da relação capital/trabalho somos hostilizados por quem insiste em explorar, sem limites e sem escrúpulos a força de trabalho de seus empregados desrespeitando a lei e a Constituição Federal.

Temos sofrido baixas em nosso contingente funcional que marcarão para sempre a história da categoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Todos conhecem a história dos Auditores-Fiscais Eratóstenes, João Batista e Nelson, e de Ailton - o motorista da viatura que os conduzia, ao serem barbaramente assassinados no cumprimento do dever legal há quase onze anos.

Neste trigésimo segundo Enafit homenageamos os colegas que se tornaram símbolos de nossa resistência, para não nos esquecermos de que lado estamos, por quem lutamos, quais são os valores

e a missão do Auditor-Fiscal do Trabalho.

Não poderemos trazê-los de volta ao convívio da categoria, mas não se pode deixar de buscar a Justiça dos Homens, reiterando e cobrando do Poder Judiciário a condenação de todos os envolvidos.

O destravamento do recurso, que há mais de um ano, dormita nas prateleiras do Supremo Tribunal Federal, em mais uma manobra jurídica para adiar o julgamento dos acusados de serem mandantes do crime, é uma das metas a serem cumpridas pela categoria, para que essa tragédia não mais se repita num país onde deve imperar o Estado Democrático de Direito.

Não descansaremos enquanto este objetivo não for alcançado.

O Sinait, unido e coeso, deve continuar no combate às mazelas que os Auditores-Fiscais do Trabalho enfrentam no dia a dia. A violência sob suas mais variadas formas; as constantes ameaças físicas, os assédios morais funcionais, a precariedade das condições de trabalho, o acúmulo das árduas tarefas atribuídas aos Auditores-Fiscais do Trabalho sem suporte técnico e logístico, as perdas salariais carcomidas pela inflação real. As artimanhas legislativas, as incertezas de um novo governo, que no presente já demonstrou muito pouca afinidade para com o servidor público e, em especial, as carreiras de Estado.

A força da categoria, que tem apoiado o Sinait, participado com energia e determinação de seus projetos, contamos com o compromisso das entidades parceiras que entenderam a importância da união em torno de demandas comuns.

A prática tem demonstrado, mais do que nunca, que a união é uma estratégia acertada, que fortalece e multiplica; que esforços conjuntos jamais terão sido em vão.

O Sinait tem parceria com as entidades que representam os Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, lutando por objetivos comuns, como a rejeição à nociva proposta do Sistema Único do Trabalho - SUT, projeto do governo que quer empurrar garganta abaixo um modelo obscuro, polêmico, que precariza a fiscalização do trabalho e acaba com o Ministério do Trabalho.

De igual forma o Sinait esta mobilizado com o Mosap em busca da aprovação da extinção do pagamento da contribuição previdenciária por aposentados e pensionistas e pela aprovação da aposentadoria integral em casos de invalidez.

Ao lado das centrais sindicais, o Sinait luta para evitar retrocessos na regulamentação da Emenda Constitucional do Trabalho Escravo e dos direitos dos trabalhadores domésticos. Debatem-nos contra a terceirização nas atividades-fim e buscamos uma lei mais abrangente contra o tráfico de pessoas.

Com a entidade Nacional que representa a carreira da Receita Federal do Brasil, o Sinait desenvolve a campanha salarial conjunta das categorias que têm as carreiras regidas pela mesma lei, em busca da reposição de perdas salariais, da criação da Lei Orgânica do Fisco, da implantação do Bônus Eficiência, da fixação de parâmetros para a remuneração da carreira, da regulamentação da Indenização de Fronteira, do reajuste de Indenização de Transporte e outros benefícios, da regulamentação do direito de greve e da negociação coletiva no setor público.

No âmbito da Auditoria-Fiscal do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego a batalha também tem sido árdua e constante, seja pela melhoria das condições de trabalho, modernização de sistemas e procedimentos na fiscalização, pela recuperação das unidades em todo o país, seja pela reposição e ampliação do quadro da carreira, pela ampliação do direito ao porte de arma e pela consolidação da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho.

Também há desafios internos para instituir as novas instâncias determinadas pelo Estatuto aprovado pela categoria em 2011. O modelo de Delegacias Sindicais dá capilaridade ao Sindicato Nacional e autonomia local. O Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que deverá ter sua primeira edição em 2015, será um espaço de participação e deliberação das ações sindicais.

Os Fundos criados cumprem o papel de dar sustentação às ações e políticas decididas pela categoria. É um modelo adotado por diversas instituições, que se fortaleceram com a estrutura, mas que exigem mais apoio de seus filiados, engajamento e compromisso.

Infelizmente, temos que abrir um parêntese, para alertar os Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o Brasil, que não se deixem levar pelos discursos daqueles que tentam, a todo custo, denegrir a imagem do Sinait, no afã de dividir a categoria, com ideias divisionistas e objetivos pessoais inconfessáveis, fazendo o jogo do governo, dividir para governar.

A divisão da categoria só irá desfazer tudo o que foi construído ao longo desses 26 anos. Outras categorias do Serviço Público seguiram o mesmo conceito, como acontece com a entidade que representa os Auditores da Receita Federal, que adota o modelo de sindicato nacional como o Sinait.

A nossa categoria é muito grande e importante do ponto de vista da qualidade do que faz, mas do ponto de vista da quantidade, somos muito poucos. Repito, divisão da categoria só interessa aos governantes de plantão. Dividir para governar. Fizeram isso com outras carreiras, como por exemplo, a Polícia Federal, que vive hoje uma de suas maiores crises, com tratamento muito diferenciado entre delegados, peritos, e agentes.

Definitivamente, não é isso que queremos. Divergências existem e é natural que existam e serão superadas com participação, democracia, transparência e diálogo, atitudes positivas que visam a união dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que sempre foi o objetivo do Sinait, representante de uma categoria presente em todo o território nacional, com peculiaridades e diferenças regionais, mas coesa e com missão una. Aí está a beleza da democracia: conviver dentro das diferenças, preservando o respeito e a dignidade.

Neste instante de encontro festivo, nos preparamos para momentos de muita seriedade nos próximos dias, em que todas as nuances emergirão. Saberemos todos, com certeza, endurecer sem perder a ternura.

Divergir sem dividir.

Que todos tenham um proveitoso, saudável e vantajoso 32º Enafit e que o Supremo Arquiteto do Universo, que é Deus, nos impulsione sempre, para frente e para o alto, porque é assim que devemos guiar nossos olhos, nosso pensamento e, dessa forma, nosso destino!

*Oração do Combatente de Montanha
 Senhor! Vós que sois onipotente
 Concedei-nos no fragor da luta
 A nós que vencemos nas pedras
 A nós que conhecemos o sabor dos ventos
 O destemor para combater
 A Santa dignidade para perseverar
 A força da coragem para sempre avançar
 E a fé para tudo suportar
 E dai- nos também, ó Senhor Deus
 Quando a guerra nos for adversa
 E quanto maior for a incerteza
 A determinação de nunca recuar
 E ante o inimigo jamais fracassar.”*

Trabalho e Direitos Fundamentais - Segunda-feira, 24/11 - 14 h

Juiz defende que tempo de trabalho é tempo de vida

Leonardo Wandelli falou sobre trabalho e direitos fundamentais e defendeu a integração maior entre a Fiscalização do Trabalho, Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho para assegurar mais respeito e proteção deste campo do Direito.



Em conferência, juiz Leonardo Wandelli destaca a importância do trabalho como direito fundamental do homem

“Trabalho e direitos fundamentais” foi o tema da conferência proferida pelo juiz do Trabalho Leonardo Vieira Wandelli, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná – TRT/PR, na segunda-feira, 24 de novembro. Ao longo da sua fala o juiz demonstrou preocupação com a forma como é tratado o trabalho enquanto o primeiro dos direitos do homem e alertou para a necessidade de integração entre as instâncias que atuam em defesa do trabalho e dos trabalhadores.

Para Wandelli é preciso evoluir na questão da integração entre a Justiça do Trabalho, a Fiscalização do Trabalho e o Ministério Público do

Trabalho. “Nós ainda temos muito a avançar em termos de romper a segmentação excessiva dessa atuação do Estado sobre as violações de direitos nas relações de trabalho e que nos coloca em uma situação de estarmos sempre enxugando o gelo, ou controlando os incêndios das relações de trabalho”, disse.

Em sua opinião, são estes três segmentos que concentram a atuação do Estado para a implementação, respeito e proteção desse campo do Direito, que ao mesmo tempo em que regula e legitima o mercado de trabalho, cria espaços de luta pelo reconhecimento da dignidade das

peessoas que vivem do trabalho.

Ele disse também que há muitas formas de usar os direitos humanos para violar esses mesmos direitos. Uma delas é pensar direitos humanos como direitos mínimos e situações extremas de violação da dignidade. Repensar isso implica em transformar o próprio conceito de Direito para que abranja todos os fatores econômicos, culturais e de valores que determinam as condições desiguais de acesso aos bens a que se referem os direitos.

De acordo com Leonardo Wandelli, o Direito lida com uma mínima fração – cerca de 1% – das violações cotidianas de direitos humanos, das quais 0,1% são tratadas judicialmente e é preciso valorizar o pouco que é possível fazer como atores judiciais nessas duas últimas esferas, que são Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. “O grande conflito que caracteriza a modernidade é o conflito entre o capital, que não são os capitalistas, mas a totalidade social em que vivemos e os corpos. Vivemos, como ensina Foucault, uma guerra sobre os corpos. Corpos não só no sentido biológico, mas anímico, social e político. Uma guerra que cuida de disciplinar os corpos e normalizá-los segundo as necessidades do capital. Este é o conflito que estrutura as nossas relações sociais”, alertou.

O Juiz do Trabalho falou ainda sobre relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT, de 2013, que trata do adoecimento no trabalho e mostra que anualmente cerca de 2,34 milhões de pessoas morrem vítimas de acidentes ou doenças do trabalho, além de 160 milhões de casos de doenças do trabalho não letais e 370 milhões de acidentes de trabalho não letais todos os anos.

“Gostaria de sustentar aqui que o que se deve buscar, em termos de aperfeiçoamento da regulação pública do trabalho, é o aprofundamento do reconhecimento do trabalho como dimensão fundamental do humano e do reconhecimento e promoção do espaço concreto de trabalho como lugar de autorrealização individual, cidadania e experiência privilegiada de modelação das relações sociais”, sugeriu.

A defesa do juiz é de que o projeto do Direito

para realização do vínculo constitucional entre dignidade, trabalho, saúde, ética e política, implica em levar a sério a afirmação jurídica de que a dignidade humana é o fundamento que justifica toda a ordem jurídica. “Dignidade, no sentido kantiano, de algo que não pode ser reduzido a um mero meio para outra coisa, que quando atribuída à pessoa humana significa que qualquer das nossas instituições, inclusive o Estado, o mercado ou o Direito só fazem sentido enquanto se legitimam como mediações a serviço da dignidade da pessoa e jamais o contrário”, enfatizou.

“Nós trabalhamos com a ficção de que o trabalho é algo que se separa da pessoa do trabalhador e que ele entrega ao tomador de



Rosa Jorge, Leonardo Wandelli e Maria Teresa Jensen

serviços, que compra esse trabalho. Acontece que isso é uma ficção. O trabalho não se separa da pessoa humana, assim como o trabalhar não se separa do viver. Tempo de trabalho é tempo de vida”.

O Direito do Trabalho do século XX fechou os olhos para essa questão, avaliou Leonardo Wandelli. A grande conquista que foi a percepção de que o trabalho é uma relação social de dominação, que veio com o preço de esquecer que o trabalho também é relação concreta e o Direito do Trabalho que conhecemos versa pouco sobre o trabalho em si, atendo-se mais às condições de trabalho externas ao próprio trabalhar.

Encontro com o Secretário de Inspeção do Trabalho - Segunda-feira, 24/11 - 8h30

Secretário fala sobre medidas e ações adotadas pela SIT no último ano

Paulo Sérgio de Almeida fez um balanço das mudanças implementadas em 2014, ano em que esteve à frente da SIT



Audidores-Fiscais ouviram o secretário Sérgio de Almeida, Maurício Gasparino e Rinaldo Marinho falarem sobre avanços e necessidades da Inspeção do Trabalho

Na manhã do primeiro dia de atividades do 32º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, o secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, apresentou aos enafitianos o que considerou avanços na Fiscalização do Trabalho. O Encontro com o Secretário de Inspeção do Trabalho já é uma tradição na programação do Enafit, oportunidade em que os participantes do evento questionam ações específicas das atividades da categoria e da condução da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT.

Além do secretário, participaram os diretores dos Departamentos de Fiscalização do Trabalho, Maurício Gasparino, e de Segurança e Saúde no Trabalho, Rinaldo Marinho. A discussão contou com a mediação de Sebastião Estevam e com secretaria de Fábio Lantmann, ambos diretores do Sinait.

Paulo Sérgio apresentou um balanço do primeiro ano à frente da SIT e pontuou o que em sua opinião, foram as principais medidas que contribuíram para o melhor desempenho

das atividades da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Segundo ele, apesar de ter sido um ano atípico, devido à Copa do Mundo, a Inspeção do Trabalho conseguiu se organizar e atender as demandas decorrentes do evento, a exemplo das fiscalizações nas obras de grande porte.

Em relação a uma das questões mais polêmicas que esteve na pauta das discussões durante todo o segundo semestre de 2014, a proposta de implantação do Sistema Único do Trabalho – SUT, do qual segundo ele, a Fiscalização do Trabalho não deveria fazer parte, ele disse que “desde o primeiro momento sinalizamos que não era adequado envolvermos a Fiscalização do Trabalho”. Caso haja uma nova proposta a ser analisada, segundo o secretário, ela será fruto do debate dentro de uma nova comissão. “Este foi um tema que nos assombrou durante o ano”, afirmou Paulo Sérgio.

NR 12

De acordo com o secretário, a pressão exercida pelo empresariado para que a Norma Regulamentadora nº 12, que define procedimentos

para a prevenção de acidentes no trabalho em máquinas e equipamentos, fosse suspensa, também gerou muita preocupação entre os Auditores-Fiscais, considerando que essas



Sérgio de Almeida discorda da participação da Auditoria Fiscal do Trabalho no SUT

normas são elaboradas e aprovadas por um Conselho Tripartite, na confluência de interesses e opiniões. Para ele, é normal que toda norma passe por atualizações, mas dentro de um procedimento pleno ao tripartismo. “Mas apesar dos ataques, conseguimos manter a estratégia de retomada das negociações tripartites”, afirmou.

EMBARGOS E INTERDIÇÕES

Ao referir-se à publicação da portaria que, pela primeira vez, estabelece a competência dos Auditores-Fiscais para embargar obras e interditar máquinas e equipamentos, o secretário lembrou que este foi um assunto muito discutido e que gerou muitas dificuldades para a categoria. “Embora saibamos que este assunto está em discussão na Justiça, a portaria prevê uma decisão histórica para a categoria”, ressaltou.

O secretário acrescentou ainda que foram vários os episódios de tentativas de interferência na autonomia e competência dos Auditores-Fiscais que a SIT teve que enfrentar na defesa da categoria.

As ameaças aos Auditores-Fiscais em algumas localidades também foram citadas por Paulo Sérgio entre os problemas enfrentados em 2014. Ele lembrou o caso de Barreiras (BA), em que Auditores-Fiscais sofreram ameaças e, no mês de maio de 2014, foi realizada uma audiência pública no município com a presença do Sinait, em busca de medidas para proteger os Auditores-Fiscais que atuam naquela região.

CONCURSO

“A boa notícia é que tivemos a sinalização por parte do Ministério do Planejamento de que

haverá a reposição do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho nos próximos três anos”, disse o secretário, embora, segundo ele, não haja previsão do número de vagas a serem ofertadas no próximo ano. “O documento que recebemos do Planejamento aponta para a necessidade de reposição de 847 vagas, mas ainda não temos certeza se haverá reposição de parte deste número no próximo ano. O ideal é que fossem oferecidas as 847 já em 2015, mas a sinalização de reposição já é muito importante”, acrescentou.

Ainda sobre o quadro de Auditores-Fiscais, o secretário informou que o Planejamento autorizou o Ministério do Trabalho a propor um aumento no quadro de Auditores-Fiscais passando para um total de 4.300. Atualmente a carreira tem 3.644 cargos.

REAPARELHAMENTO

O secretário informou que com recursos do FGTS, resultantes do convênio do MTE com o Conselho Curador do FGTS e Caixa Econômica Federal, foram comprados equipamentos para a Fiscalização do Trabalho. Mais de quatro mil itens estão sendo aguardados para o próximo ano, entre eles ultrabooks, impressoras, scanners e demais ferramentas de trabalho, além de veículos que serão comprados.

Sobre o acordo de cooperação com o Tribunal Regional Federal – TRF, que prevê a análise eletrônica dos autos de infração, o que vai tornar o processo de imposição de multas muito mais rápido, evitando as prescrições, segundo Paulo Sérgio, poderá eliminar um gargalo da atuação da fiscalização que muitas vezes resulta na perda de todo o trabalho do Auditor-Fiscal.

As parcerias com outros órgãos estão entre as propostas que o secretário considera fundamentais para que os Auditores-Fiscais possam mudar de fato a realidade no mundo do trabalho. Nesse sentido, foram assinados acordos de cooperação que permitem a troca de informações entre o MTE, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, os quais, conforme garantiu Paulo Sérgio, não implicam no acesso integral aos dados do SFIT. “Esse canal de diálogo tem o propósito de melhorar a atuação do MTE e do MPT”.

A ideia do Planejamento 2015 foi aperfeiçoar e fortalecer a metodologia de trabalho por projetos. O secretário destacou a criação do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Infantil, para contribuir

com as Superintendências Regionais, no sentido de preservar a integridade física dos Auditores-Fiscais que atuam na região.

LOF

“Criamos um grupo de trabalho integrado pelo MTE e representantes do Ministério da Fazenda e estamos trabalhando na redação final da regulamentação da Lei Orgânica da Fiscalização”, informou Paulo Sérgio de Almeida.

ENIT

O compromisso de formalizar a criação da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho – Enit também foi abordado por Paulo Sérgio, que citou os cursos de formação de novos Auditores-Fiscais, além da realização de seis grandes cursos que atingiram 1.400 Auditores-Fiscais. “Estamos trabalhando uma plataforma para que a Enit possa ministrar cursos à distância. Estão previstos cerca de 15 cursos que utilizarão os recursos do FGTS”, acrescentou.

SST

O Diretor de Segurança e Saúde do Trabalho, Rinaldo Marinho, destacou a publicação da Lista Nacional de Agentes Cancerígenos como o resgate de uma dívida com o trabalhador. “Ela traz uma importante referência para a formulação e execução de políticas públicas na área de segurança no trabalho”, disse.

Informações sobre as análises de acidentes estão sendo divulgadas na internet para tornar os dados públicos e contribuir para a formação de estatísticas mais reais. “Foram produzidas fichas das quais constam apenas as informações que

podem ser divulgadas publicamente”, acrescentou.

A presidente Rosa Jorge fez um pedido ao Secretário, em relação à priorização das metas qualitativas. A fiscalização rural, por exemplo, teve um aumento significativo nas metas. Além disso, Rosa questionou as medidas que estão sendo tomadas a respeito da segurança dos Auditores que fiscalizam as áreas rurais. “Estamos preocupados com as ameaças provenientes de produtores rurais. Os Auditores-Fiscais muitas vezes não têm tido o apoio da Polícia Federal para acompanhá-los, portanto, queremos saber o que vocês estão pensando em relação à proteção dos Auditores”.

A divulgação de informações sobre acidentes de trabalho, para Rosa, é a resposta principal para aqueles que questionam a necessidade das normas. “Precisamos tornar públicos os números que comprovam o alto índice de acidentes de trabalho, e que justificam as exigências das Normas Regulamentadoras”, afirmou. A presidente também questionou a ausência de acompanhamento profissional das matérias legislativas de interesse dos Auditores-Fiscais por parte do Ministério do Trabalho e Emprego.

O vice-presidente do Sinait, Carlos Silva, avaliou, em sua manifestação, que a Comissão Interministerial que discute a NR 12 veio para pautar a discussão empresarial em detrimento das discussões coordenadas pela Auditora-Fiscal Aida Becker na Comissão Tripartite, e, principalmente, o fato de o MTE ser membro. Rinaldo Marinho respondeu que a Comissão Interministerial, coordenada pelo MTE, procura fechar brechas que permitam a utilização de máquinas e equipamentos em desconformidade com a lei e não ameaça as decisões da Comissão Tripartite.

EC 81

De acordo com Paulo Sérgio, se o texto da atual NR 12 for suspenso e retomado o antigo texto, para os empregadores seria benéfico, pois havia menos detalhes em seu texto, era mais aberta. Para ele, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 81, que prevê a expropriação de imóveis em que for flagrado o trabalho escravo, se aprovada na forma do relatório do senador Romero Jucá (PMDB/RR), será um grande retrocesso e que realmente é necessário ter um acompanhamento do Ministério do Trabalho dentro do Congresso Nacional.



Rosa Jorge questionou sobre medidas que estão sendo tomadas a respeito da segurança dos Auditores que fiscalizam as áreas rurais.

Defesa Política da categoria - Segunda-feira, 24/11 - 10h30

Defesa política da categoria no Congresso Nacional

Painel discutiu projetos de interesse da categoria que estão em tramitação e aprovou o trabalho conjunto com outras entidades para agilizar aprovações



Deputado Rubens Bueno e demais participantes do painel defenderam a necessidade de continuar pressionando o Congresso pela aprovação de projetos relacionados à Auditoria-Fiscal do Trabalho

Os projetos de interesse dos Auditores-Fiscais do Trabalho e dos servidores públicos em tramitação no Congresso Nacional foram o tema do painel “Defesa política da categoria: a luta pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição - PECs 555/06; 443/09; 170/12”. Participaram o deputado federal Rubens Bueno (PPS/PR), o presidente do Mosap, Edison Guilherme Haubert e a presidente do Sinait, Rosa Jorge. A coordenação da mesa foi de Marco Aurélio Gonsalves, com secretaria de Eurlly França, diretores do Sindicato Nacional.

Um panorama geral sobre a tramitação das PECs foi apresentado pelo deputado Rubens Bueno. Segundo ele, a PEC 170 – que concede proventos integrais aos servidores que se aposentarem por invalidez – é a que tem melhores chances de ser

votada e aprovada, apesar de apresentar pontos polêmicos, como a retroatividade do pagamento dos benefícios.

Para a PEC 555 o cenário é mais complicado, na avaliação de Bueno, pois o governo tem restrições à extinção da cobrança da contribuição previdenciária de servidores aposentados. Para o deputado, a Emenda Constitucional 41 revogou direitos adquiridos dos aposentados. Ele lembrou que o relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), em seu Substitutivo, argumenta que a cobrança não reduziu a dívida pública, como pretendia o governo, portanto, não se justifica a continuidade da medida. Votá-la depende, agora, da vontade política do presidente da Câmara, pois toda a tramitação já foi cumprida.

Em relação à PEC 443, que fixa o subsídio dos Auditores-Fiscais do Trabalho em 90,25% do valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, é preciso chegar a um consenso, pois existem outras PECs de conteúdo praticamente igual. O que varia e cria divergências são as carreiras contempladas em cada uma delas.

A PEC 63/2013, conhecida como a “PEC dos Magistrados”, que institui o adicional por tempo de serviço somente para os Magistrados e aos membros do Ministério Público, é outra matéria que demanda esforços do Sinait e de outras entidades, que pleiteiam igual tratamento para as carreiras de Estado. Ela tramita no Senado.

EMPENHO E MOBILIZAÇÃO

O deputado Rubens Bueno, Edison Guilherme e Rosa Jorge foram unânimes em afirmar que é preciso manter a pressão e a mobilização pela aprovação das matérias. Bueno confirmou o empenho das entidades, a presença constante dos dirigentes na Câmara em contatos com os parlamentares em busca da votação e aprovação das PECs.

Rosa e Edison historiaram as mobilizações e as impressões dos contatos na Câmara, as expectativas e perspectivas de votação e aprovação das PECs 170 e 555. Eles também avaliam que há mais chances de ser votada e aprovada a PEC 170. Para a PEC 555 será preciso mais mobilização e novas estratégias diante da renovação do quadro de deputados federais para

2015.

A situação mais complexa, segundo Rosa Jorge, é a das PECs que tratam da fixação de parâmetros para a remuneração da carreira. O Sinait e as entidades que representam os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil avaliam que é a PEC 443 que tem a melhor chance de ser aprovada. Por essa razão, decidiram comunicar ao deputado José Mentor a decisão de insistir na inclusão das carreiras nesta PEC.

DEPOIS DO ENAFIT

Em dezembro de 2014 a PEC 170 foi substituída pela PEC 434 e finalmente foi votada e aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, em dois turnos. A deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), depois de várias tentativas de acordo, decidiu apresentar uma nova redação, sem retroatividade, para viabilizar a aprovação da matéria. O texto aprovado prevê o pagamento integral para os servidores que se aposentarem por invalidez, por qualquer motivo. Agora, a PEC segue para análise do Senado.

As PECs 443/2009, 147/2012 e 369/2014 foram aprovadas sem modificações nas Comissões Especiais em que tramitam. Dessa forma, as matérias estão prontas para serem votadas em plenário. Na avaliação do Sinait, a PEC 369 tem poucas chances de ser aprovada porque foram incluídas muitas carreiras. O Sinait, o Sindifisco Nacional, a Anfip e a Unafisco Associação Nacional renovaram o pacto por uma luta conjunta em relação a esse tema em 2015.



Rosa Jorge e Edison Guilherme contextualizaram a luta do Sinait e do Mosap pela aprovação das PECs 170 e 555.

A Farsa da Terceirização - Segunda-feira, 24/11 - 16h

Argumentos que justificam a terceirização em atividades-fim foram desconstruídos

Mito de que a terceirização seria benéfica para os trabalhadores é derrubado, já que o uso deste recurso caracteriza informalidade e precarização.



Difundida com o sinônimo de modernidade, a terceirização vem se refletindo como passaporte para a informalidade

No painel “A farsa da terceirização”, apresentado no dia 25 de novembro, na programação do 32º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, em Curitiba, foi desconstruída a argumentação que pretende justificar a ampla utilização de trabalhadores terceirizados e a tentativa de estender a possibilidade de contratação para as atividades-fim.

A professora da Universidade Federal da Paraíba, Maria Augusta Tavares, afirmou que muitos trabalhadores são levados à ilusão de serem autônomos, donos de pequenos negócios, formalizados ou não, mas, na verdade, são subordinados a empresas maiores, o que caracteriza empregos informais ou, simplesmente, a terceirização.

O fenômeno foi difundido na década de 1990 e vendido como um sinônimo de modernidade e empregabilidade. A justificativa do capital seria o

alcançe do pleno emprego, o que jamais aconteceu, disse Maria Augusta. Os supostos empresários continuam a ser explorados, como em uma oficina de costura em que a produção é exclusiva para um cliente e os trabalhadores recebem por peça produzida. Não há autonomia nem independência nesta relação, muito menos lucro e acumulação de capital, pois, em geral, o trabalho é muito mal remunerado. Esta é uma realidade que os Auditores-Fiscais do Trabalho conhecem muito bem, já tendo feito vários flagrantes em que essa situação foi configurada.

COMBATE À FRAUDE SOCIAL

O Auditor-Fiscal do Trabalho Jair Teixeira falou do posicionamento da Auditoria-Fiscal no combate à fraude social, em cujo contexto está a terceirização. Ele analisou a terceirização à luz da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho e da isonomia remuneratória. Para



Ricardo Tadeu criticou a Súmula 331, que trouxe idéias precarizantes e disse mesmo no tempo da ditadura as hipóteses de terceirização eram muito mais restritas do que hoje

ele, dignidade da pessoa humana e dignidade do trabalhador são sinônimos, incompatíveis com a transformação do indivíduo em um empregado de segunda categoria.

No caso da valorização do trabalho também há incompatibilidade com a terceirização, pois o trabalho é intermediado por alguém que não vai cumprir o mínimo de direitos trabalhistas. Ele questiona quem afirma que a legislação do trabalho é extremamente protetora, uma vez que não há proteção contra a dispensa sem motivos. Nesse caso “onde está a valorização do trabalho?”, perguntou.

Outro gargalo apontado por Jair é a falta de isonomia remuneratória. “Como nós vamos enxergar isso para um trabalhador que não integra o grupo da empresa, não veste o mesmo uniforme? Ele tem apenas a função de executar as tarefas que, para alguns, são as menos importantes, as tarefas-meio, em que o empregador abre mão da sua contratação para pagar um plus para um terceiro, como se isso fosse uma vantagem para o trabalhador”.

Teixeira criticou os dois principais projetos em tramitação no Congresso Nacional, um no Senado e outro na Câmara, cujos autores se vangloriam de estender direitos aos trabalhadores, mas permitem que se terceirizem todas as atividades, inclusive as atividades-fim.

A Auditoria-Fiscal do Trabalho, na opinião de

Jair, mudou o foco de alguns anos para cá, fazendo uma análise mais profunda da situação funcional. Não é mais suficiente verificar se o trabalhador está recebendo o salário ou se o FGTS está sendo recolhido. É preciso buscar o que está por trás da aparência. “O trabalhador terceirizado não tem perspectiva de crescimento, ao contrário do trabalhador que integra o quadro fixo da empresa, que hoje está numa atividade de conservação, limpeza ou vigilância, e amanhã pode almejar outra possibilidade dentro da própria empresa, ao passo que, quando intermediado, ele não tem planos. Dentro dessa perspectiva, visualizamos o grande sofrimento a que esses trabalhadores são submetidos”, disse o Auditor-Fiscal.

Os acidentes de trabalho, na visão de Jair, são um dos principais males da terceirização. Ele afirmou que o acidente fatalmente irá acontecer quando um trabalhador não está vinculado à empresa tomadora dos serviços. Segundo o parecer do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, apresentado ao Supremo Tribunal Federal, de 63 a 80% dos acidentes de trabalho ocorrem com trabalhadores terceirizados.

No ordenamento jurídico brasileiro, o trabalho não é mercadoria, lembrou o Auditor-Fiscal. A intermediação de mão de obra seria, então, “a exceção, da exceção, da exceção, o fim da linha, apenas em casos extremamente excepcionais”, mas, observou o painelistas, isso está para ser amplamente permitido nas atividades-fim. Os elastecimentos das possibilidades são muitos, a exemplo da recente permissão de extensão do contrato temporário para até nove meses. “Começou com três meses, passou para seis e agora chega a nove meses. Fico pensando como vamos combater as fraudes sociais neste contexto”.

CONTRA O PL 4.330

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho – TRT/PR, iniciou dizendo que o Direito do Trabalho propiciou a queda do mito de que todos somos iguais perante a lei. Foi o primeiro ramo do Direito a dizer que é preciso tratar igualmente os iguais, desigualmente os desiguais, na justa medida da desigualdade, municiando o cidadão com força jurídica. Por outro lado, legitima a exploração do

capital sobre o trabalho. “Nosso papel é sempre encontrar a Justiça nisso, numa defesa de Direitos Humanos”.

Segundo a CLT o empregador é aquele que assume os riscos da atividade e assume o papel de empregador, que exerce o poder diretivo e tem a mais valia. Por isso, A Súmula 256, anterior à Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, previa poucas possibilidades de terceirização, em casos excepcionais, lembrou o desembargador.

Com o tempo, as empresas passaram de centros de produção a centros globais de decisões produtivas, desconcentrando o processo produtivo em razão das tecnologias. “Nessa ótica é que veio a Súmula 331, que trouxe ideias flexibilizantes, precarizantes ou neoliberais. Tratou de flexibilizar toda a legislação do trabalho”, disse Ricardo Tadeu. O TST se baseou em leis já existentes – Lei 6.019, Lei 7.102, Lei 5.742, Decreto-Lei 200 e artigo 455 da CLT. Todas prevêem hipóteses excepcionais de substituição, em atividades que não são o cerne da empresa. A empresa é um espaço de cidadania e deve responder socialmente pelo que faz, conforme prevê a Constituição ao instituir o valor social do trabalho. “Mesmo no tempo da ditadura as hipóteses de terceirização eram muito mais restritas do que hoje. Não se admitia a precarização a esse ponto de admitir as atividades fim e meio sendo terceirizadas”.

Ricardo Tadeu contou que em 2013, quando parecia que o Projeto de Lei 4.430/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB/GO) seria aprovado, com apoio do governo, ele teve a oportunidade de perguntar ao parlamentar se os trabalhadores terceirizados teriam os mesmos salários e as mesmas medidas protetivas dos empregados da empresa tomadora. Se ele admitisse isso, não haveria mais problemas. Mas isso ele não quis e desconversou.

“Aqui a história faz voz. Dezenove ministros do TST, não como ministros, mas como cidadãos, redigiram um documento e o dirigiram a todos os membros do Legislativo, ao Poder Executivo e foi dada ampla repercussão nos meios jurídicos. Eles disseram que não é possível admitir a terceirização da atividade-fim porque ela vai ‘escancarar de forma despuddorada’ o trabalho como mercadoria. A empresa que toma a força de trabalho deve



Para Jair Teixeira a terceirização impacta negativamente na dignidade do trabalhador

ter responsabilidade social sobre ela. Qualquer redução seria um retrocesso constitucional, porque a constituição consagra o princípio da norma mais favorável”, disse o desembargador.

Outro forte argumento apresentado pelos ministros do TST, segundo Ricardo Tadeu, foi de que as grandes empresas iriam se pulverizar em empresas pequenas e causar impacto negativo na arrecadação do governo sobre a folha de pagamento, além de perda da massa salarial na ordem de 20 a 30% e conseqüente redução do consumo. Ele acredita que foram esses argumentos que fizeram com que o governo deixasse de apoiar o projeto e até hoje ele permanece estagnado na Câmara. “Foi por causa desse ato heróico dos ministros, que agiram como cidadãos”, avalia.

A matéria que está no Supremo Tribunal Federal – STF, segundo o desembargador, está numa súmula e não na lei, e por isso ele não entende como foi admitida a repercussão geral. Seria uma interpretação indireta da Constituição Federal, uma fusão de várias leis e artigos. “Esse é o embate estabelecido entre o capital e trabalho”, na opinião de Ricardo Tadeu. Ele considerou importante que do 32º Encontro saísse uma posição dos Auditores-Fiscais do Trabalho sobre a terceirização – o que foi contemplado na Carta de Curitiba

**Atuação integrada entre Auditoria-Fiscal do Trabalho,
Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho - Terça-feira, 25/11 - 16h30**

Parcerias institucionais geram resultados positivos

Casos do Paraná e de Rondônia foram mostrados em painel, reforçando as parcerias entre MTE, MPT e Justiça do Trabalho



Parcerias reforçam a fiscalização e produzem resultados cada vez mais positivos

Um dos painéis apresentados na programação do 32º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Enafit foi a “Atuação Integrada entre Auditoria-Fiscal do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho: Ações Cíveis Públicas e as experiências do Paraná e de Rondônia”, que reuniu Auditores-Fiscais do Trabalho, procuradores do Trabalho e um juiz do Trabalho.

No Paraná, o caso ilustrado foi o que ficou conhecido como “Projeto Maiores Infratores”. O Auditor-Fiscal do Trabalho Ênio Bezerra Soares, os procuradores do Trabalho do Paraná Gláucio Araújo de Oliveira e Iros Reichmann Losso e o juiz do Trabalho Paulo Henrique Kretzschmar Conti relataram que a parceria, embora ainda não tenha sido institucionalizada, já rendeu resultados positivos. O ponto de partida é a compreensão do que cabe a cada agente e a cada instituição, além do conhecimento das competências de cada uma.

O juiz Paulo Henrique Conti, por exemplo, afirmou que a partir de uma diligência em uma madeireira, acompanhado por um Auditor-Fiscal, percebeu que precisava “treinar o olhar” e se preparar melhor para entender as exigências da lei e as irregularidades cometidas nos locais de trabalho. Passou a interagir com os Auditores-Fiscais para fazer justiça nos processos em que atuava.

Foi o caso identificado em Castro (PR), onde vários empregados de uma indústria alimentícia entravam com processos individuais alegando doenças ocupacionais. Na perícia não ficou caracterizado o nexo causal. Intrigado com a situação, o juiz pediu uma fiscalização em que ficou provado, ao final, que a cadência do trabalho provocava o adoecimento. O relatório dos Auditores-Fiscais mudou o julgamento nas ações e deu subsídio também para uma Ação Civil Pública do MPT.



Paulo Conti revelou que a integração permitiu que ele percebesse a necessidade de “treinar o olhar” para entender as exigências da lei e as irregularidades cometidas nos locais de trabalho

A partir daí, em 2009, Conti propôs uma atuação conjunta, complementar. A Justiça do Trabalho e o MPT precisam dos elementos de prova fornecidos pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, que por sua vez, veem na Justiça e na Procuradoria os instrumentos de punição e sanção efetiva às empresas infratoras. Assim, as instituições acertaram um Termo de Cooperação Técnica prevendo um sistema de

alimentação e intercâmbio de dados, para que as informações não ficassem perdidas. A fragilidade do sistema é que o investimento, até agora, tem sido de indivíduos e não de instituições. Porém, para o juiz, a parceria já provou que é eficaz e dá certo.

Para o procurador Iros Losso, o MPT é o meio entre a ação fiscal e a Justiça do Trabalho. Os instrumentos que a instituição tem para efetivar a tutela coletiva dos direitos trabalhistas são o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, que é uma tentativa de conciliação, e a Ação Civil Pública - ACP, que é proposta a partir de uma denúncia, muitas vezes apresentada pelos Auditores-Fiscais, por meio dos relatórios das ações fiscais.

Ele contou que, num determinado momento, percebeu que os “clientes” das três instituições – MTE, MPT e Justiça do Trabalho – eram praticamente os mesmos, e que as reclamações também se repetiam. Foram identificados 156 grandes empregadores contra os quais incidiam centenas de processos, investigações e fiscalizações. Foi sobre esse universo que decidiram compor a parceria e para estabelecer o nexos das infrações, o relatório detalhado e os autos de infração dos Auditores-Fiscais foram peças fundamentais para provar que a lesão é coletiva.

Dessa forma, a condenação judicial é praticamente certa e tem provocado certo efeito pedagógico, fazendo com que as empresas se antecipem, corrigindo as irregularidades, pois percebem que as penas estão mais pesadas, as multas maiores. Para Iros Losso, o resultado tem sido muito positivo.

Para o procurador-Chefe Gláucio Oliveira, o maior ganho do “Projeto Maiores Infratores” é que a lesão coletiva está ficando provada. O trabalho conjunto, para ele, mostra que nenhuma instituição tem mais poder do que a outra, todas têm fragilidades e dificuldades, que vão sendo contornadas na medida do possível. A parceria, embora não institucionalizada, dá certo por causa do empenho dos agentes públicos.

Ele fez, de público, o reconhecimento ao trabalho dos Auditores-Fiscais e disse saber de todas as dificuldades enfrentadas. Por essa razão, afirmou que busca alternativas para colaborar institucionalmente, por exemplo, oferecendo espaços na sede da Procuradoria, com total autonomia, para a troca de informações e ideias entre Auditores-Fiscais e Procuradores.

As angústias relatadas pelo juiz Paulo Conti e

pelos procuradores Iros Losso e Gláucio Oliveira, são as mesmas dos Auditores-Fiscais do Trabalho, disse Ênio Bezerra, em razão das dificuldades de cada instituição. Ele questiona a efetividade dos instrumentos de todas as instituições – autos de infração, TACs, ACPs e decisões judiciais, no contexto de cada um deles isoladamente. O entendimento e a parceria, na opinião dele, é que potencializam os resultados.

O “Projeto Maiores Infratores” nasceu da observação de que determinadas empresas tinham um grande número de autos de infração, lavrados por Auditores-Fiscais diferentes. Apesar de tantas autuações, algumas empresas, reiteradamente, pagavam as multas sem contestação. Era um ciclo sem fim: denúncia – ação fiscal – autuação – pagamento – continuidade do descumprimento da legislação.

O projeto, para Ênio, foi o instrumento para realizar o que o juiz Paulo Conti sonhou: um trabalho envolvendo o Auditor-Fiscal, o procurador e o juiz, para que numa sequência de eventos conseguissem dar uma punição proporcional à capacidade econômica dos grupos empresariais.

O principal resultado é derrubar a argumentação das empresas de que as irregularidades constatadas são caso isolado. No caso de uma rede de supermercado fiscalizada, por exemplo, em todas as unidades havia o descumprimento da lei. Era padrão.

Os relatórios dos Auditores-Fiscais do Trabalho fazem uma radiografia para sensibilizar o juiz e o procurador de que estão lidando com uma empresa de grande porte, trazem a dimensão da atividade econômica, o número de empregados e de lojas, em que cidades estão, o histórico de ações fiscais e de autos de infração. Em muitos casos ficou comprovado que as empresas tiveram oportunidade de se redimir dos erros, mas não o fizeram, deliberadamente.

Um dos casos que tiveram repercussão foi o do Walmart, em junho de 2014. A rede de supermercados responde por 32% do total de empregos gerados no setor no Paraná e teve 17 unidades fiscalizadas. Em abril, pagou multa de R\$ 4 milhões por diversas irregularidades trabalhistas. Os Auditores-Fiscais do Trabalho encontraram mais de cinco mil irregularidades no Grupo Walmart: 1.832 casos de prorrogação de jornada além do limite legal que atingiu 464 trabalhadores; 2.059 intervalos para alimentação não foram usufruídos por no mínimo uma hora, o que afetou 706 empregados, e 614 intervalos entre jornadas

de trabalho foram inferiores a 11 horas, envolvendo 362 empregados.

RONDÔNIA

O caso de Rondônia foi relatado pelo Auditor-Fiscal Juscelino Durgo e pelo procurador do Trabalho Ilan Fonseca.

Juscelino acredita no provérbio africano que diz que “pessoas simples fazendo coisas pequenas em lugares pouco importantes conseguem fazer mudanças extraordinárias”. Disse isso para exemplificar que atitudes simples podem fazer uma enorme diferença, simplesmente porque alguma coisa foi feita. Ele disse saber do desânimo de Auditores-Fiscais do Trabalho em todo o país em razão da situação de sucateamento do Ministério do Trabalho e Emprego, mas afirmou ter fé e esperança.

Em Porto Velho, a mudança começou com um desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, ex-Auditor-Fiscal do Trabalho, que o procurou para dizer que era preciso humanizar as decisões do TRT. Os assessores que elaboravam os relatórios conheciam pouco ou nada sobre segurança e saúde no trabalho. Isso fazia com que as defesas das empresas, por muitas vezes, prevalecessem sobre os relatórios dos Auditores-Fiscais e dos procuradores do Trabalho. O plano era aproximar a Escola do Judiciário da Auditoria-Fiscal do Trabalho, para capacitar os servidores da Justiça do Trabalho. A aproximação aconteceu, a capacitação foi viabilizada e o resultado foi que assessores e juízes agora entendem o que os relatórios dos Auditores-Fiscais dizem e comprovam. Uma cultura foi modificada e produz resultados também modificados.

Com os procuradores do Trabalho, segundo Juscelino, sempre houve uma relação próxima. É prática comum a troca de ideias entre Auditores-Fiscais e procuradores em Rondônia, há um diálogo franco sobre os limites da Auditoria-Fiscal para atender às demandas do MPT.

Foi essa interação que possibilitou o ingresso da ação que resultou no restabelecimento da competência de Auditores-Fiscais do Trabalho para realizar embargos e interdições em todo o país. A ação foi assinada por procuradores de vários Estados e a decisão de ingressar em Rondônia se deu justamente em razão da compreensão da Justiça do Trabalho naquele Estado sobre o papel dos Auditores-Fiscais. Um dos procuradores foi Ilan Fonseca, que também é ex-Auditor-Fiscal do

Trabalho. O Sinait entrou como litisconsorte na ação, para a necessidade de intervir, o que, até o momento, não foi preciso fazer.

O procurador do Trabalho Ilan Fonseca contextualizou o cenário em que a ação impetrada em Rondônia foi construída, de forma coletiva e embasada em diversos fatos, como a denúncia feita pelo Sinait à Organização Internacional do Trabalho – OIT. Procuradores de vários Estados assinaram a peça judiciária. Juscelino Durgo ficou responsável por sondar a receptividade do TRT/RO. Na época do ingresso da ação, a imprensa foi acionada, o que ajudou a sensibilizar os desembargadores. O acompanhamento pessoal e a atuação dos procuradores, interpondo recursos sucessivos, garantiram o sucesso e a decisão favorável.

A parceria entre os Auditores-Fiscais do Trabalho, procuradores do Trabalho e juízes do Trabalho, para ele, baseia-se em princípios como abolir os formalismos, intercambiar informações, afinar os discursos antes de iniciar ações conjuntas, ser transparente nas críticas, desapegar-se do corporativismo, reconhecer erros e mudar o comportamento, com humildade.

Ilan Fonseca deu uma lição de persistência e otimismo, sem ingenuidade. Afirmou que as instituições têm problemas, não têm os apoios necessários e muitas razões reais e verdadeiras que as impedem de seguir em frente. Ainda assim, há servidores públicos que desafiam essa lógica e vencem os obstáculos. Os Auditores-Fiscais do Trabalho, na opinião dele, são dessa estirpe.

Disse, também, que o Brasil é vanguarda em Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde e que os Auditores-Fiscais é que conhecem todas as regras, são experts no assunto. Por isso, podem ajudar a Justiça do Trabalho a conhecer melhor a realidade do ambiente de trabalho. Ilan Fonseca refletiu, ainda, que as instituições e os agentes devem ser mais positivistas, justos, aplicar a lei, para não retroalimentar as angústias. “TAC descumprido tem que ser TAC executado. Infração constatada tem que ser autuada. As leis são boas, são progressistas. Vamos identificar as pessoas que trabalham de um jeito que consideremos justo para atingir o objetivo de proteger o trabalhador”, concluiu.

Combate à informalidade nas relações de trabalho e seus reflexos na fiscalização do FGTS - Quarta-feira, 26/11 - 14h

Avanços tecnológicos favorecem a informalidade

O uso de ferramentas cada vez mais modernas no ambiente de trabalho faz com que os trabalhadores, mesmo sem perceber, fiquem mais tempo por conta do trabalho, no ambiente informal, sem perceber e sem ganhar mais por isso



O economista Márcio Pochmann acredita que seja impossível não haver informalidade no mundo capitalista

Os reflexos da informalidade na fiscalização do FGTS foi tema de painel na tarde de quarta-feira, 26 de novembro, durante o 32º Enafit, em Curitiba. O economista Márcio Pochmann, que é professor da Unicamp, avaliou que é impossível não haver informalidade no mundo capitalista e que a prática é recorrente em todos os países, inclusive naqueles mais desenvolvidos.

Na opinião do economista, existem dois elementos que tornam mais difícil entender a dinâmica do trabalho sobre o capital neste início de século: o 'curto-prazismo', quando o mercado dá prioridade aos resultados acima de qualquer coisa, e a visão pós-moderna da temática do trabalho, que é vista de forma fragmentada.

Pochmann alertou que a informalidade está muito ligada às mudanças tecnológicas, que permitem o trabalho fora do ambiente formal. "Estamos vivendo numa sociedade onde o trabalho imaterial não pressupõe mais um local determinado. Hoje se pode trabalhar de qualquer

lugar e a gente trabalha mais. Estamos prisioneiros destes novos tempos. Dormimos com o trabalho, sonhamos com ele, levamos para casa. Não existe mais a semana inglesa – descanso a partir do sábado a tarde até o domingo – e há poucos defensores dessa teoria", analisou.

Nesse universo, a Fiscalização do Trabalho é cada vez mais importante e um instrumento essencial para reduzir a informalidade no país. "Imaginava-se que a fiscalização seria desnecessária, ou insignificante diante da nova sociedade, mas isso é um engano. Em 12 anos o Brasil reduziu significativamente a informalidade e isso se deve à atuação da fiscalização. Sem a presença dos Auditores-Fiscais seria impossível combater esse mal que atinge a classe trabalhadora e ao mesmo tempo impede condições isonômicas de concorrência no Brasil", analisou.

As contradições existentes nas novas formas de trabalho são muitas, de acordo com Pochmann, e as piores são a exploração e o alto grau de alienação.

Ele citou os casos em que os trabalhadores usam celular corporativo e acreditam que essa seja uma forma de valorização quando, na verdade, é um caminho para trabalhar mais. Todos esses fatores levam a um problema recorrente: o aumento das doenças ocupacionais.

O economista alertou ainda para a figura do trabalhador informal por conta própria. Neste caso, a informalidade não é apenas do trabalhador, mas também do empregador.

Para Pochmann, o e-Social é uma ferramenta importante de fiscalização.

Sobre o e-Social, que constitui-se uma nova forma de registro dos eventos trabalhistas, o Auditor-Fiscal José Alberto Maia (PE) disse que é um projeto ligado diretamente à redução da informalidade. “Fiscalizamos apenas 4% do FGTS e o e-Social é uma ferramenta importante para mudar essa realidade, porque é uma forma diferente de fazer os registros. Que seja eficaz para garantir de forma mais efetiva o direito do trabalhador”, avaliou.

Atualmente o sistema obriga os empregadores

a registrarem os eventos trabalhistas de várias maneiras. José Maia apresentou uma proposta que está sendo estudada para que estes registros sejam feitos de forma padronizada e por meio de canal único, o que eliminaria erros, além de baixar custos.

A Auditora-Fiscal Lilian Rezende (SC) falou sobre vários elementos que se valem da informalidade para fraudar o FGTS e tirar direitos

dos trabalhadores. É o caso da pejotização, trabalho cooperado e também o voluntário, que em muitas vezes, abrem brechas para a fraude. Na opinião dela, o cruzamento de informações, aliado a uma auditoria de alto nível, é um diferencial que pode gerar aumento da arrecadação do FGTS. “São muitos os casos em que se mascara a realidade do emprego e o trabalhador fica descoberto, desamparado, inclusive pelo FGTS e pela Previdência”, disse. Lilian

falou ainda que o Ministério do Trabalho deveria conversar mais com a fiscalização porque faz planos que ficam longe do ideal, em determinadas situações, entre elas, a política de estágios.



José Maia falou sobre alterações que serão feitas no e-Social



Painel reforçou a ideia de que é preciso combater a informalidade em todas as suas frentes

Causas e consequências dos acidentes de trabalho no Brasil
Quinta-feira, 27/11 - 14h

Acidentes de trabalho causam danos ao trabalhador e prejuízos ao Brasil

Auditoras-Fiscais dos estados do Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul apresentam números e falam dos desafios da prevenção de acidentes no Brasil



Ainda Becker esclareceu diversos pontos sobre a NR 12

Cada vez mais frequentes e com consequências graves para os trabalhadores, os acidentes de trabalho foram tema de painel realizado na quinta-feira, 27 de novembro. A Auditora-Fiscal Vitória Araújo Amâncio mostrou a experiência do Ceará na análise de acidentes de trabalho fatais e graves. Ela alertou que é dever da Auditoria-Fiscal entender o que aconteceu para evitar novas ocorrências, similares ou não e adotar medidas que evitem novos eventos.

Os dados apresentados mostram que o número de acidentes fatais de janeiro a outubro (2014) no Brasil foi 699, sendo 21 deles no Ceará. A Auditora apresentou diversas situações que envolvem acidentes, principalmente no setor elétrico e entre



Para Vitória Amâncio é dever da Auditoria-Fiscal entender as causas para adotar medidas que evitem novos acidentes



June Rezende alertou para a ocorrência do chamado silêncio epidemiológico

as empresas fiscalizadas há um dado bastante comum: a relação entre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e o aumento de acidentes. Em uma das empresas fiscalizadas, por exemplo, partindo-se de um histórico que começa em 1998, ocorreu o seguinte: privatização, seguida do aumento da terceirização, redução do quadro funcional e aumento considerável no número de acidentes de trabalho.

De acordo com Vitória Amâncio é preciso modernizar o Sfit, que em sua opinião, não faz justiça aos acidentes de trabalho. Ela disse ainda, que os acidentes têm suas causas ligadas à gestão das empresas, em função principalmente das terceirizações, mas que existem outros fatores relacionados à ocorrência de acidentes. “Existe a omissão do Estado que é indiferente ao desmonte coletivo do Ministério do Trabalho, além da extinção gradativa da memória técnica da segurança e saúde”, analisou.

A Auditora-Fiscal June Maria Passos Rezende (PR) falou sobre prevenção de doenças profissionais e do trabalho e alertou para a ocorrência do chamado silêncio epidemiológico, caracterizado pela ausência de reconhecimento de doenças relacionadas ao trabalho, que leva à redução ou até ausência de registros de doenças e a minimização da importância epidemiológica desses eventos. De acordo com June Passos o silêncio epidemiológico ocorre por diversas

razões, entre elas a não presunção donexo causal pelo médico da empresa; recusa da empresa em preencher a CAT; demissão de trabalhadores à manifestação das primeiras queixas e sintomas; efeito trabalhador saudável e permanência de trabalhadores doentes no interior da empresa, sem afastamento, para não pesar nas estatísticas.

Dos mais de 700 mil acidentes de trabalho registrados no Brasil em 2013, 159 mil eram sem CAT e do total com CAT 77,32% foram acidentes típicos, 19,96% de trajeto e 2,72% por doenças do trabalho. Nestes casos, os CIDs mais comuns foram lesões no ombro (M75), sinovite e tenossinovite (M65) e dorsalgia (M54), com 21,91%, 13,56% e 6,36%, do total respectivamente. Para evitar e prevenir acidentes a Auditora-Fiscal defende o uso de alguns instrumentos e estratégias de investigação, que em sua opinião, são fundamentais para a auditoria fiscal: entrevista com o trabalhador; pequenos inquéritos epidemiológicos; estudo nos locais de trabalho, como observação direta e entrevistas com pessoas chave, dados epidemiológicos sistematizados pela empresa; acesso e verificação de dados de saúde; exames complementares – indicadores biológicos de exposição e efeito; audiometrias e séries históricas de hemogramas.

A Auditora-Fiscal Aida Cristina Becker, Auditora-Fiscal do RS, falou sobre a NR 12, que estabelece critérios de segurança em máquinas e equipamentos. Ela, que é coordenadora da Comissão Nacional Tripartite Permanente de Segurança de Máquinas do MTE, disse que a NR 12 é ampla, traz informações e obrigações para usuários e fabricantes de máquinas e tem como objetivos preservar a integridade física do trabalhador e prevenir doenças e acidentes.

A Norma aborda diversos aspectos importantes sobre máquinas e equipamentos, que contribuem para melhorar a Fiscalização do Trabalho, como o projeto até a fase de descarte (sucateamento), adequações físicas (piso, rede adequada de energia etc), proteção coletiva e individual do trabalhador e regulamentação. Aida lembrou que a Norma trata ainda de medidas complementares, como a importância de os equipamentos atenderem necessidades de pessoas com deficiência, já que existe lei que exige a contratação desses profissionais pelas empresas.

VI Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho - A precarização do trabalho: tráfico de pessoas para exploração no trabalho/informalidade/trabalho escravo Terça-feira, 25/11 - 14h

A precarização do trabalho foi tema da Jornada Iberoamericana

Representantes do Brasil, Uruguai e Espanha apresentaram a situação da precarização em seus países e falaram da importância da cooperação para a solução de problemas comuns no âmbito da Inspeção do Trabalho



Na VI Jornada Iberoamericana de Inspeção do Trabalho, realizada na terça-feira, 25 de novembro, dentro da programação do 32º Enafit, os palestrantes falaram sobre a precarização do trabalho. Representantes do Brasil, Espanha e Uruguai apresentaram os modelos de inspeção

adotados nos seus países e apontaram possíveis soluções para os problemas enfrentados.

O presidente da Confederação Iberoamericana de Inspeção do Trabalho - CIIT, Valdiney Arruda, disse que espera dar sequência aos avanços conquistados nos últimos anos para melhorar

cada vez mais a qualidade da inspeção. “É preciso melhorar a Inspeção do Trabalho não só no Brasil, mas em todos os países que compõem a Confederação. Os problemas enfrentados pela fiscalização são muito parecidos em vários países e a cooperação é importante para a troca de experiências e a busca de soluções”, disse.

Luiz Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho - OIT, falou sobre a prática de trabalho forçado e lamentou que não exista integração entre as políticas de combate ao trabalho forçado e ao trabalho escravo. Em sua opinião essa integração é fundamental, pois muitas



Luiz Machado, da OIT, lamentou que não exista integração entre as atividades de combate ao trabalho escravo e trabalho forçado

vítimas do trabalho forçado são escravizadas, mas não entram na conta do trabalho escravo. Outra questão apontada por Machado refere-se às vítimas de exploração sexual, que quando são resgatadas não têm os mesmos benefícios dos trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão.

De acordo com o representante da OIT existem hoje cerca de 21 milhões de vítimas de trabalho forçado no mundo e os lucros das empresas com a prática são elevados: US\$ 32 bilhões em 2005 e US\$ 150 bilhões em 2014, sendo que a Europa concentra a maior parte dos trabalhadores - 4,2 por mil, contra 3,1 por mil na América do Sul e Caribe - e conseqüentemente, dos lucros.

Segundo ele, a solução para estes problemas está em ações rigorosas para o fim da impunidade, aliadas a medidas de prevenção e reabilitação dos trabalhadores.

PANORAMA DA FISCALIZAÇÃO

Embora os problemas enfrentados pela Inspeção do Trabalho sejam semelhantes em diferentes países, a Espanha apresenta dados mais animadores. De acordo com Mercedes de La Cruz, diretora do Sindicato dos Inspectores do Trabalho daquele país, a legislação é bastante consistente em relação à proteção do trabalhador e costuma ser respeitada pelos empregadores. Uma situação que existe na legislação espanhola



Na Espanha, segundo Mercedes de La Cruz, a legislação é consistente no que se refere à defesa do trabalhador

bem diferente do que se vê em países da América Latina, diz respeito à dispensa imotivada, que prevê punição para a empresa.

Na Espanha para se constituir exploração laboral é preciso que haja ação - captação, transporte e traslado; meio - ameaça, uso da força, abuso de poder, e fim - exploração sexual, trabalho forçado, escravidão ou práticas similares. O consentimento da vítima não tem qualquer relevância caso ocorra uma destas ações ou quando a vítima é menor de idade.

Pedro Osuna, presidente da Associação dos Inspectores do Trabalho do Uruguai, relatou situação bem diferente vivida no seu país, onde o maior problema enfrentado pela fiscalização

é a informalidade, que atinge em especial os trabalhadores mais pobres. Enquanto na capital, Montevideu, 55% da população pobre vive na informalidade, no interior a taxa chega a 83%.

Para o inspetor as consequências deste quadro são várias como: trabalhadores sem cobertura



O representante do Uruguai, Pedro Osuna, informou que a informalidade é um grande problema em seu país, atingindo cerca de 55% dos trabalhadores da capital e mais de 80% do interior

previdenciária, perda de arrecadação, maior carga tributária para os trabalhadores formais e aumento da idade para a aposentadoria. “Temos vasto campo normativo, localização geográfica favorável, mas faltam políticas de combate à informalidade”, comentou.

O diretor de Saúde e Segurança do Sinait, Francisco Luís Lima, disse que a precarização das relações de trabalho reflete nos Auditores-Fiscais e que é difícil lidar com o fato de que o capital sempre vai ficar mais rico enquanto existirem práticas como trabalho escravo, trabalho infantil e tráfico de pessoas. “Não há desejo de mudança por parte dos empregadores. A Conferência do Trabalho Decente, realizada em 2012, mostrou a conduta imoral da classe patronal, que se retirou do auditório no primeiro momento das votações”, lamentou.

O Brasil tem 155,3 mil pessoas em situação análoga à escravidão, segundo o relatório Índice de Escravidão Global 2014, da Fundação Walk Free, organização internacional que tem como missão acabar com a escravidão no mundo. Apesar do número expressivo, o Brasil é um dos líderes mundiais no combate à escravidão. De acordo

com Kevin Bales, um dos autores do relatório, a lista suja e os grupos móveis de combate ao trabalho escravo são muito importantes e nenhum outro país tem medidas como essa. O documento destacou que somente Estados Unidos, Brasil e Austrália estão tomando medidas para eliminar o trabalho escravo na contratação pública e nas cadeias de fornecimento das empresas que atuam em seus países. O Brasil está em 143º dos 167 países avaliados proporcionalmente em relação à população. A Mauritânia, na Costa Oeste da África, está em 1º lugar no ranking e é apontado como o pior caso.

Luís Lima lembrou que no Brasil existem 36 Normas Regulamentadoras de Segurança e



Luís Lima falou das Normas Regulamentadoras, que têm objetivo de garantir o trabalho decente

Medicina do Trabalho, que têm como objetivos garantir o trabalho decente; evitar trabalho degradante e garantir condições de segurança e saúde do trabalhador.



Alterações recentes das NRs 13 e 22 - Fiscalização no setor de navios e cruzeiros
Terça-feira, 25/11 - 8h30 às 12h

Curso de atualização enfoca NRs 13 e 22

Mudanças nas Normas Regulamentadoras permitem a adequação de exigências às práticas atuais, reduzindo riscos de acidentes de trabalho



Curso recebeu atenção dos participantes, por tratar de tema da rotina dos Auditores-Fiscais

As alterações promovidas na Norma Regulamentadora - NR nº 13, que dispõe sobre regras de orientação para o uso de caldeiras, vasos de pressão e tubulações, foram o tema do curso de atualização ministrado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Jorge Tomio Nagaya (SP).

A Norma estabelece requisitos mínimos para gestão da integridade estrutural de caldeiras a vapor, vasos de pressão e suas tubulações de interligação nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando a segurança e a saúde dos trabalhadores. As correções definidas pela Comissão Tripartite tiveram como principal objetivo melhorar o seu entendimento.

Publicada em abril de 2014, a Portaria nº 594 trouxe os resultados da Comissão Tripartite que discutiu e aprovou as modificações na NR 13, cuja reformatação promoveu a inclusão de parâmetros

para a inspeção de tubulações, a criação de um glossário para consulta, a uniformização e compatibilização de conceitos e normativos de segurança previstos em outras normas, principalmente na NR 12, sobre segurança em máquinas e equipamentos.

Jorge Nagaya destaca que um dos tópicos relacionados pela Comissão Tripartite na Definição da Estratégia de Trabalho foi manter o conceito fundamental da NR, que é a preocupação com a proteção do “borracheiro”, na micro e pequena empresa, ao “operador sênior” nas grandes empresas.

As mudanças tornaram mais clara a abrangência da Norma, permitindo a articulação na aplicação com normas técnicas nacionais e internacionais. Além disso, a NR 13 passou a prever a participação dos trabalhadores na investigação de acidentes de grandes proporções com caldeiras e estabeleceu

o Direito de Recusa, que pode ser exercido pelo trabalhador ao identificar risco à sua integridade física.



Jorge Nagaya esclareceu alterações da NR 13

De acordo com Nagaya, por motivo de força maior e com justificativa formal do empregador, acompanhada por análise técnica e respectivas medidas de contingência para mitigação dos riscos, o empregador pode solicitar a ampliação do prazo previsto para a fiscalização de segurança periódica elaborada por Profissional Habilitado – PH ou por grupo multidisciplinar por ele coordenado. Pode ocorrer postergação de até seis meses do prazo previsto para a inspeção de segurança periódica da caldeira.

Foram incluídas ainda a exigência do teste Hidrostático ao “estado da arte” e a obrigatoriedade de certificação do Inmetro para vasos de pressão das categorias IV e V. A partir da vigência da Portaria que alterou a NR, passaram a ser exigidos novos itens no Relatório de Inspeção e foram alterados os prazos de sua emissão.

Ainda de acordo com Jorge Nagaya, as principais alterações promovidas na NR 13 ocorreram em função das mudanças na NR 12, cujas regras estão interligadas.

NR 22

Na segunda etapa do curso, o Auditor-Fiscal do

Trabalho Mário Parreiras de Faria (MG), apresentou aos enafitianos as principais alterações promovidas na NR 22, que dispõe sobre a Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração.

No final de 2013 foi criado o Anexo III da NR, para definir requisitos mínimos para utilização de equipamentos de guindar de lança fixa, aplicável basicamente no setor de rochas, mármore e granitos, o conhecido ‘pau de carga’. “Nós buscamos normatizar um equipamento que era improvisado e que gerava muitos acidentes fatais por esmagamento e lesões graves. Era muito rudimentar”, explicou Parreiras.

Já em 2014, uma Portaria publicada no mês de maio promoveu alterações referentes à ventilação em atividades de subsolo, garantindo o conforto térmico e a prevenção da silicose nas minerações. Essas mudanças ocorreram em função da mudança do tipo de óleo diesel disponível no mercado hoje, que são os chamados óleos S10 e S50, que reduziu a emissão de gases tóxicos. Em relação a isso, de acordo com Mário Parreiras, a emissão de óxido de nitrogênio e particulados foi reduzida, e como consequência, foi possível diminuir a exigência de ventilação, porém, mantendo a garantia das condições de segurança e conforto nos ambientes. Mário destacou que a redução de emissão do material particulado foi de 96,3% e a de Nox de 87,3%, se comparada com o nível emitido em 1986. “Foi uma significativa redução”, avaliou.



Já Mário Parreiras falou aos enafitianos sobre a NR 22

FORA BE



Passeata de Auditores-Fiscais em Curitiba pede a saída de Superintendente no Paraná

Centenas de Auditores-Fiscais do Trabalho foram até a SRTE/PR para protestar contra o superintendente Neivo Beraldin e pedir sua saída do cargo

Auditores-Fiscais do Trabalho que participam do 32º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, em Curitiba, saíram em passeata pelas ruas do centro da Capital, em direção à sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/PR, para ato público pedindo a saída de Neivo Beraldin do cargo de superintendente.

A concentração foi no Hotel Pestana Curitiba, onde aconteceu o Enafit. Os Auditores-Fiscais levaram faixas e banners e percorreram as ruas gritando palavras de ordem como “fora Neivo” ou “Neivo Beraldin, pede pra sair!”.

Nas esquinas, as faixas eram abertas diante dos veículos parados nos sinais de trânsito e em alguns pontos os Auditores-Fiscais fecharam a rua por alguns instantes.

As denúncias contra Beraldin são de embaraço às ações fiscais, especialmente em casos de embargos e interdições; de interferir nos serviços internos retirando servidores de atividades de apoio à fiscalização; de perseguir Auditores-Fiscais e Servidores Administrativos com transferências intempestivas e de assédio moral, que já renderam processos contra ele.

O caso emblemático foi o da Arena da Baixada, no final de setembro de 2013, quando o superintendente desautorizou as interdições e os embargos determinados pelo Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura – GMAI, que fiscalizava as obras de construção do estádio, em Curitiba. O caso foi parar no Ministério Público do Trabalho e na Justiça, que acabou determinando o embargo judicial em razão do risco iminente de acidentes de trabalho.

RALDINI!



Auditores-Fiscais levavam cartazes cobrando respeito para a categoria



Em poucos minutos já se formava uma grande aglomeração



Ato Público

Na porta da Superintendência, diante de trabalhadores, um grande grupo de Auditores-Fiscais aguardava a passeata com um caixão que simboliza o enterro do superintendente, mais faixas e banners.

Os pronunciamentos foram no sentido de garantir a autonomia da Auditoria-Fiscal do Trabalho; pelo fim das nomeações políticas para o cargo de Superintendente; pela imediata reestruturação do quadro de Auditores-Fiscais e de Servidores Administrativos; pelo respeito aos servidores e aos trabalhadores.

Auditores-Fiscais do Trabalho lotados no Paraná fizeram pronunciamentos inflamados, em tom de desafo, pois estão convivendo com uma situação insustentável há três anos, período em que aconteceram vários episódios, como a renúncia coletiva das chefias. Eles denunciaram que alguns colegas, não aguentando mais a pressão e a perseguição, pediram aposentadoria ou transferência de cidade ou de Estado, fragilizando ainda mais a situação da fiscalização. Vários processos já foram instaurados contra Beraldin, um deles por assédio moral, com ganho de causa para a servidora.

Fábio Lantmann, diretor do Sinait, Bruno Wanderley, Elias Martins e Eduardo Reiner, relataram várias situações em que os servidores são constrangidos e perseguidos. O superintendente usa medidas indiretas, como retirar servidores de áreas de apoio à fiscalização, para enfraquecer os setores, provocar atrasos no cumprimento de prazos e desestabilizar o ambiente de trabalho.

Rosa Jorge, presidente do Sinait, disse que a reivindicação geral da categoria é de que o cargo de Superintendente Regional do Trabalho e Emprego seja privativo de servidores de carreira, comprometidos com o serviço público, com a fiscalização e com os trabalhadores. "As denúncias contra o superintendente já foram levadas até o ministro Manoel Dias, que não tomou nenhuma providência. Por isso estamos aqui hoje, para mais uma vez dizer que não aceitamos interferências e ingerências, que isso sempre será combatido pelo Sinait em todo o país", afirmou para os colegas que continuaram entoando palavras de ordem e protestando contra os atos de Beraldin.

Rosa disse que, a continuar essa situação, é necessária a saída não só de Neivo Beraldin da SRTE/PR, como também de Manoel Dias e do PDT do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ela também fez uma homenagem aos Auditores-Fiscais Eratóstenes, João Batista e Nelson e ao motorista Ailton, que foram assassinados em Unai, e que são um exemplo extremo e emblemático da falta de estrutura e condições de trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego.

Carlos Silva, vice-presidente da entidade, se dirigiu diretamente aos trabalhadores, explicou que a manifestação se dava também em defesa deles, pelo direito de serem bem atendidos, de terem serviços que funcionem bem e de terem proteção no ambiente de trabalho. O Sinait e os Auditores-Fiscais defendem uma Auditoria-Fiscal do Trabalho independente e os Auditores-Fiscais, que exercem uma atividade que é técnica e especializada, em defesa do trabalhador, devem ter autonomia e paz para trabalhar.

Ainda se pronunciaram Roberto Miguel Santos, diretor do Sinait, e Carlos Roberto Dias (BA), também defendendo a saída de Neivo Beraldin, ressaltando a seriedade da carreira, a responsabilidade dos Auditores-Fiscais nas ações de fiscalização e com os trabalhadores.

No final das falas, centenas de Auditores-Fiscais ocuparam a recepção do prédio e cantaram o Hino Nacional, permanecendo ali, enquanto uma comissão subiu ao terceiro andar para tentar uma reunião com o Superintendente.

Sem entendimento

A princípio, parecia que Beraldin não se encontrava no prédio. Entretanto, depois de alguns instantes, os Auditores-Fiscais notaram movimento em seu gabinete e conseguiram ser recebidos. A sala ficou lotada de representantes de vários Estados.



Rosa Jorge se apresentou e reiterou o motivo pelo qual estavam ali e que a categoria veio afirmando na passeata e no Ato Público realizado na porta do prédio, que era a exigência de que ele se retire do cargo de superintendente, em razão de atos de interferência na fiscalização, de perseguição e de assédio moral contra servidores da SRTE/PR. Informou que a denúncia já foi levada ao ministro Manoel Dias.

Neivo Beraldin reagiu dizendo que age pautado pela lei e perguntando se havia provas contra ele, ao que a presidente do Sinait respondeu dizendo que se for necessário elas serão produzidas. Ele também disse que há casos de resistência isolada à sua gestão e que não há desrespeito aos Auditores-Fiscais do Trabalho ou a suas ações. Negou que tenha interferido em atos de fiscalização. E passou a usar um tom de ameaça, apontando uma pilha de processos administrativos sobre sua mesa e uma Nota Pública que ele teria produzido e enviado ao ministro do Trabalho e à Secretaria de Inspeção do Trabalho em resposta ao que foi publicado em blogs de Curitiba sobre as denúncias contra ele, que afirmou exercer seu cargo dentro da lei, com autoridade.

Rosa Jorge também reagiu, afirmando que o Sinait e a categoria não defendem Auditores-Fiscais corruptos, tudo tem que ser investigado.

Valdiney Arruda, diretor do Sinait, que ocupou o cargo de superintendente da SRTE/MT por seis anos, interferiu dizendo a Beraldin que existem aspectos legais que são imorais. Disse que quando há uma crise, apenas duas hipóteses existem: a primeira é de que todos estão errados e a segunda é de que há problema de gestão. Para Valdiney, a situação chegou a um ponto em que Beraldin não tem mais condições de continuar no cargo e deveria tomar a iniciativa de deixar o cargo vago.

Auditores-Fiscais do Paraná, que vivenciam os problemas, rebateram toda a argumentação do superintendente, demonstrando que a situação realmente chegou ao limite e está insustentável.

Diante da impossibilidade de diálogo e do insistente tom ameaçador usado por Beraldin, a comissão decidiu retirar-se, sem, antes, reiterar que a categoria quer que ele deixe o cargo de superintendente.

Depois do Enafit

Os problemas relativos à SRTE/PR estão longe de acabar. No dia seguinte à passeata, Beraldin, em mais um ato de retaliação, instaurou processos administrativos contra Auditores-Fiscais do Trabalho que ocupavam cargos de chefia na SRTE/PR.

Em dezembro de 2014, o Sinait publicou uma Nota de Repúdio nos jornais Correio Braziliense e Folha de São Paulo, depois de tentar, em vão, publicar o texto em jornais do Estado do Paraná, que alegaram haver ofensas pessoais ao superintendente.

A presidente Rosa Jorge e diretores da entidade estiveram em audiência com o secretário-Executivo Nilton Fraiberg e depois com o ministro Manoel Dias para reiterar o pedido de exoneração imediata de Beraldin. Fraiberg, que exercia o cargo de ministro interino, determinou que os processos abertos pelo superintendente fossem remetidos para Brasília. Dias pediu aos dirigentes do Sindicato que aguardem, pois tramitam inquéritos administrativos contra o superintendente.

O Sinait, entretanto, não se conforma com a situação e já procurou o deputado Félix Mendonça (BA), líder do PDT, e o ex-ministro do Trabalho e Emprego e presidente do Partido, Carlos Lupi, para pedir apoio para a saída de Beraldin do cargo. Documentos informando sobre a situação tensa e insustentável foram entregues às autoridades e aos políticos.

Rosa Jorge afirma que o Sinait não vai descansar enquanto essa situação não for resolvida. “Não aceitamos a permanência dele à frente da SRTE/PR. Não há condições de gestão enquanto ele estiver no cargo. A única saída é a exoneração de Beraldin. Só essa solução interessa à categoria”.

Curso debate e esclarece especificidades da fiscalização de navios de cruzeiros

Legislação trabalhista e previdenciária dentro dos navios deve ser aquela adotada pelo país detentor da bandeira da embarcação e não do país onde ele está aportado



Rinaldo Marinho defende que cada estado tenha um grupo de Auditores dedicados à fiscalização de navios

Na manhã de terça-feira, 25 de novembro, o tema “Fiscalização no setor de navios cruzeiros” foi desenvolvido em um dos cursos oferecidos aos participantes do evento. Os Auditores-Fiscais do Trabalho Jacqueline Carrijo, de Goiás, e Rinaldo de Almeida, do Rio de Janeiro, que é coordenador Nacional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário, falaram sobre o tema.

Rinaldo declarou que defende que cada Estado tenha um grupo de Auditores-Fiscais dedicados exclusivamente à fiscalização de navios. “Quando se fala sobre trabalho escravo em navios de cruzeiros pensamos que é uma realidade muito distante”, disse. O principal objetivo do curso, segundo Rinaldo, é motivar os Auditores-Fiscais de outras atividades para trabalharem na coordenação de fiscalização portuária. Para ele, nada impede que Auditores-Fiscais que gostam de trabalhar com a NR 12 – sobre segurança em máquinas e equipamentos – por exemplo, se envolvam na fiscalização de plataformas.

A bandeira do navio faz com que a legislação social dentro dele respeite a bandeira à qual está registrado. Há navio em que a legislação trabalhista e previdenciária é mais frágil e, com isso os registros são vendidos, são os chamados ‘registros de conveniência’. “O navio pode estar no Rio de Janeiro, mas se está registrado em um país de bandeira de conveniência ele respeita a

legislação daquele país”, informou Rinaldo.

A mentalidade dos responsáveis pelos navios impede que eles aceitem qualquer tipo de situação diferente da que eles operam há muito tempo e no mundo inteiro, porque o foco é o lucro, e não ter que contratar cerca de 30% a mais de tripulantes para cumprir o descanso remunerado. O Auditor-Fiscal lembrou que a visão sobre os navios de cruzeiros é muito glamourosa, o que segundo ele, é uma imagem também vislumbrada pelos trabalhadores. “Nós estamos falando daqueles navios que passam cerca de 5 ou 6 meses no Brasil e não passam pela vistoria brasileira. É um contexto muito difícil – a maioria é de passageiros brasileiros”, destacou Rinaldo.

De acordo com o coordenador, são cobrados baixos preços pelos cruzeiros, para que eles consigam se estabelecer no mercado e, para isso, operam com trabalhadores em situações precárias. “Eles trabalham durante nove meses sem descanso. O regime tradicional que se opera prevê jornada de até 14 horas”, disse. Segundo ele, a legislação internacional marítima permite esse regime de trabalho, já que é um regime comum para navios que transportam mercadorias, porque, apesar do trabalho pesado durante a estada nos portos, os trabalhadores podem descansar durante as viagens. “Além disso, o que agrava a situação é que esses trabalhadores ficam confinados, sem

poder sair do navio”, avaliou.

Para Rinaldo, a Inspeção do Trabalho não está contra o segmento, até porque é um segmento econômico, que é responsável pela criação de empregos. “O problema é que há navios que exploram trabalhadores. Os empregadores são originários de outros países e aqui quem age são as agências de fretamento e contratação”, ponderou.

Aqueles navios de cruzeiro que saem da Itália vêm para o Brasil e depois vão para a Argentina, estão sob a bandeira dos respectivos países, mas aqueles que permanecem na costa brasileira durante seis meses devem cumprir a legislação de cabotagem. “Esses navios possuem dois tipos de acordos coletivos. Um para quem recebe o pagamento em euros e outro bem mais favorável para os que recebem em dólar. A regra é utilizada é de terra sem lei”. Na hora de conceder vistos, deve-se exigir a contrapartida de contratação de trabalhadores brasileiros. Empresas colocavam empecilhos para a contratação de brasileiros e pediam que os empregados contratados fossem metade no Brasil e metade fora. O plenário entendeu que era correto e aprovou parte da tripulação sob legislação estrangeira e parte sob CLT.

Na temporada 2008/2009, as empresas passaram a cumprir os percentuais de contratação de brasileiros e, inclusive, elogiaram a mão de obra brasileira. “Então, a partir daí surgiu um fato novo. Quando você coloca 25% de brasileiros eles se sentem mais fortalecidos para denunciarem, então, começaram as primeiras denúncias de assédio e perseguição” contou o Auditor-Fiscal.

Rinaldo informou o número de passageiros transportados em alguns países:

- 1° – USA – 10,44 milhões
- 2° – Inglaterra – 1,7 milhão
- 3° – Alemanha – 1,38 milhão
- 4° – Itália – 923 mil
- 5° – Canadá – 763 mil
- 6° – Espanha – 703 mil
- 7° – Brasil – 694 mil
- 8° – Austrália – 623 mil

Estrangeiros

Jacqueline Carrijo ressaltou que a proposta de alteração do Conselho Nacional de Imigração - Cnig tem como fato gerador os autos de infração dos Auditores-Fiscais do Trabalho. De acordo

com Rinaldo, as medidas para sanar o problema implicavam na detenção dos navios de cruzeiros, o que significa acabar com a viagem de alguém que está em lua de mel e que pagou durante meses a sua passagem.

Na negociação, segundo ele, as empresas se recusaram a ser atendidas por médico brasileiro, que era uma exigência da Fiscalização do Trabalho e também não aceitaram pagar pelos exames admissionais. Para ele, o fato de que o trabalhador paga do próprio bolso e contrai uma dívida de cerca de R\$ 2 a R\$ 4 mil, é uma incógnita, que pode ser resultante da ideia de glamour que os trabalhadores têm do trabalho em navio de cruzeiro. “Caso os empregadores precisassem pagar pelos exames admissionais, eles evitariam a frequência de demissões, já que a empresa teria gastos ao admitir e demitir empregados. “A condição de vulnerabilidade seria bem menor”, completou Rinaldo.

Para Jacqueline, a questão vai além e o trabalhador não é esclarecido sobre essas questões no momento da contratação. “Não há transparência da real situação que eles enfrentarão”, pondera. Falaram da morte de três empregadas de navios. Uma delas, no aeroporto de Santos e a fiscalização pode colher informações e declarações in loco e falar com o próprio médico que a atendeu, o que permitiu à fiscalização elaborar um laudo melhor fundamentado e verificou que a causa foi basicamente laboral e que a empregada foi impedida de ir ao médico. “Não dá pra mantermos um cenário como este de total precarização. Vamos esperar morrer quantas jovens? Se nós que somos Auditores-Fiscais do Trabalho não nos comovermos e tomamos providências, quem o fará?”, indagou.



Para Jacqueline Carrijo não há transparência nas contratações

Fiscalização no setor de transporte rodoviário de cargas e passageiros Fiscalização na Construção Civil em obras de infraestrutura e trabalho em altura (NR 35)
Quinta-feira, 27/11 - 8h30

A fiscalização no setor de transporte rodoviário de cargas e passageiros com a nova lei dos motoristas

Policial rodoviário detalha as aptidões técnicas exigidas para a fiscalização no setor de transporte



Márcio Adélcio explicou que a fiscalização do transporte rodoviário de cargas se difere da de transporte de passageiros

No segundo dia de cursos de atualização da programação do 32º Enafit, no dia 27 de novembro, a Auditora-Fiscal do Trabalho Jacqueline Carrijo (GO) e o Policial Rodoviário Federal do Paraná, Márcio Adélcio Nichele, falaram aos enafitianos

• sobre a rotina de fiscalização no setor do transporte rodoviário de cargas e passageiros.

• Adélcio explicou que a fiscalização do serviço de transporte rodoviário de cargas é diferente do transporte rodoviário de passageiros. O Decreto

2.866/98 prevê infrações e sanções, mas não há em seu texto penalidades para o transporte.

Jacqueline interveio para dizer que a atuação junto com a Polícia Rodoviária Federal une forças e as atribuições se complementam à medida que o Auditor-Fiscal tem o poder de interdição, que os policiais não têm. Ao mesmo tempo, o



Jacqueline Carrijo observou que a atuação em parceria com a PRF fortalece a fiscalização

Auditor-Fiscal depende do policial para, entre outros procedimentos, deter o caminhão. O policial informou que atualmente, os caminhoneiros estão trocando o “rebite” por cocaína e mostrou uma pesquisa que revela que 13% dos caminhoneiros usam drogas. “A lei prevê alguns medicamentos que são apontados como drogas proibidas e, ao ser flagrado com esses medicamentos, o motorista é preso. O condutor do veículo é responsabilizado pela observância das condições de trafegabilidade do veículo, pelo uso de álcool e drogas. Ele é obrigado a se dispor ao controle estatal para o trânsito e deve colaborar com as inspeções, se responsabilizar pela carga e pela vida de todos que compartilham o meio ambiente de trabalho”.

As características específicas de pessoas sob o efeito de álcool, durante a abordagem da polícia também foram citadas por Adécio. O palestrante falou ainda a respeito das punições às concentrações de álcool indicadas pelo bafômetro, em conformidade com a Lei seca. De acordo com Adécio, a certificação do Inmetro é obrigatória nos tacógrafos e os Auditores-Fiscais precisam fazer curso com certificação para poderem fiscalizar e interditar os tacógrafos, sob pena de não ter valor

a fiscalização na ausência do curso. Ele mostrou fotos de acidentes causados por motoristas que dormiram ao volante após trabalharem durante toda a noite. Todos os acidentes mostrados ocorreram no início da manhã.

A Lei 12.619/12, a lei do motorista profissional, segundo Jacqueline Carrijo, é um marco para as relações do trabalho no transporte do Brasil. “Depois de muito debate e ameaça, conseguimos que a lei fosse aprovada. Ela foi amplamente discutida”, ressaltou. Segundo a Auditora-Fiscal do Trabalho, a fiscalização se depara com muita resistência por parte dos motoristas, que estão acostumados ao regime imposto, sem o cumprimento das leis. Em relação às informações contidas no tacógrafo, que registra todo o percurso do veículo, ela acrescentou que, apesar de constar apenas o nome de um trabalhador no disco, as informações valem para os demais motoristas que o acompanham.

Jornada de trabalho

Há jornadas comuns e especiais, segundo Jacqueline. A lei prevê a capacitação e, por isso, muitos motoristas analfabetos são interditados, porque além dos sinais de trânsito, existem placas descritivas, que precisam ser respeitadas pelos motoristas. “Encontramos muitos analfabetos no transporte de cargas, escolar e de hortifrutti. Não entendemos como esses motoristas passaram no teste do Detran sem saber ler”.

Capacitação

Os cursos para a capacitação do uso de tacógrafos deixam muito a desejar, segundo a Auditora-Fiscal. “Vários elementos devem constar no disco e os motoristas precisam saber incluir as informações exigidas”, explicou.



Audidores-Fiscais aprofundam estudos sobre as NRs 18 e 35 em curso de atualização

Normas deliberam sobre fiscalização em obras de grande porte e em altura, ambas na área de construção civil, um dos locais onde mais ocorrem acidentes de trabalho no Brasil



Ibrahim, Vereza, Jomar, Franklin e Gianfranco

No dia 27 de novembro, Auditores-Fiscais, penúltimo dia do 32º Enafit, Auditores-Fiscais do Trabalho levaram seus conhecimentos sobre as Normas Regulamentadoras - NRs nº 18 e 35, que tratam de fiscalização em obras de grande porte e de fiscalização de trabalho em altura, respectivamente. De acordo com um do palestrante, o Auditor-Fiscal Jomar Sousa Ferreira Lima, a construção civil é um dos maiores geradores de acidentes de trabalho, seja por meio do acidente propriamente dito ou de doenças ocupacionais, que muitas vezes se manifestam longo tempo depois da exposição a fatores de risco. “As fiscalizações em grandes obras de infraestrutura



Para Jomar Sousa a atuação da fiscalização em grandes obras é fundamental

surgiram através da ação de Auditores-Fiscais do Trabalho que frequentemente participavam de inspeções em outras regiões, em grandes obras, em decorrência de notícias de situação degradante ou mesmo de acidentes de trabalho fatais”, contou Jomar.

GMAI

Criado em 2010, o Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura - GMAI fiscaliza o setor de construção civil, que está em evidência no país, com grande quantidade e diversidade de empreendimentos, englobando desde pequenas obras residenciais até grandes obras de infraestrutura.

O Grupo é acompanhado pela Coordenação Geral de Fiscalização e Projetos - CGFIP, por meio de sua Coordenação de construção civil, com grande quantidade.

O objetivo do GMAI é a averiguação das condições de segurança e saúde do trabalho nos canteiros de obras, mitigando ou neutralizando fatores que possam desencadear acidentes nas diversas fases da obra. “Atualmente, estou fiscalizando parte da Arena Olímpica e outro grupo está fiscalizando a Vila Olímpica, onde ficarão os alojamentos dos participantes das Olimpíadas, no Rio de Janeiro. Durante a Copa fiscalizamos nove

estádios, inclusive o de Curitiba”, disse. Jomar destacou que na Vila Olímpica são 32 prédios de 16 pavimentos.

Sobre as ações, ele informou que o grupo costuma avisar as empresas sobre as fiscalizações. “Como são grandes obras, não dá pra mascarar uma obra com 10, 15, 20 mil trabalhadores. É uma forma de organizar a operação e pedimos inclusive pra eles organizarem a documentação para não ultrapassar os dias que temos disponíveis”, explicou.

As ações do grupo são desenvolvidas em duas semanas com reuniões prévias da equipe para definir os aspectos da fiscalização. “De segunda a quarta fazemos a análise de documentos, elaboração de autos de infração, termos de notificação e embargos ou interdições e reunião final de avaliação com representantes de todas as empresas auditadas, entregando documentos analisados e gerados na ação, e na quinta imprimimos os autos”, explicou Jomar Lima.

Além da CLT, entre as normas mais utilizadas nas inspeções do GMAI estão a Lei nº 6.514/77, NR 18, NR 04, NR 05, NR 06, NR 07, NR 09, NR 10 e a NR 12. “Observo aqui que evitamos autorizar o uso de banheiro químico, que geralmente não tem água. São observadas as áreas de vivência, a jornada de trabalho, segurança e saúde, gestão de saúde e gestão de contratadas”, detalhou o palestrante.

O coordenador destaca que o GMAI tem como missão a preservação e promoção de ambiente de trabalho seguro em grandes obras de infraestrutura. Para Jomar Lima tais empreendimentos, importantes para o desenvolvimento do país, devem ter condições de trabalho que reflitam o nível de importância e o volume de recursos consumidos, que normalmente são públicos.

NR 35 – Trabalho em altura

O trabalho em altura foi o tema desenvolvido pelo Auditor-Fiscal do Trabalho Gianfranco Silvano Pampalon e pelo especialista em altura Ibrahim Kleber Saad Pereira. Eles apresentaram os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

No planejamento do trabalho são adotadas as medidas, de acordo com a seguinte hierarquia: que evitem o trabalho em altura, que eliminem o risco de queda dos trabalhadores e que minimizem as consequências da queda sempre que existir meio

alternativo de execução.

Pampalon exibiu um vídeo que mostrou a construção de um prédio de 400 metros, em 1930, em que morreram sete trabalhadores.



Gianfranco Pampalon apresentou medidas e requisitos para o trabalho em altura

Considerando a época, as tecnologias e o porte da obra, foram poucos. O diferencial, segundo Pampalom, foi o treinamento oferecido aos trabalhadores. “Precisamos mudar a cultura das empreiteiras”, defendeu.



Ibrahim Saad contribuiu com as explicações sobre a NR 35

Cabe ao empregador uma série de requisitos, tais como, dar as diretrizes da tarefa, as orientações administrativas, detalhes da tarefa, medidas de controle, condições interditivas, sistemas de proteção coletivo. “Dentro da análise de risco o empregador vai ter que apresentar todos esses requisitos. O trabalhador terá que ter a capacidade de avaliar o risco, diante de situações inesperadas”, afirmou. Como exemplo dessas situações inesperadas, o palestrante ilustrou com o caso de um trabalhador que sobe em um poste e quando chega lá em cima verifica que há uma casa de marimbondos.

A ENIT - Escola Nacional de Inspeção do Trabalho que queremos
Terça-feira, 25/11 - 8h30

Comissão de Política de Classe define propostas para a implementação da Enit



Comissão definiu propostas para implementação da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho

Na primeira Comissão de Política de Classe do 32º Enafit os participantes discutiram e definiram propostas para a implantação da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit. A coordenadora da Comissão e diretora do Sinait, Rosângela Rassy, falou aos colegas sobre a importância da mobilização dos Auditores-Fiscais pelo pleno funcionamento da Escola dentro dos parâmetros estabelecidos no projeto do Sinait, elaborado por



Rosângela Rassy falou que é preciso os Auditores se mobilizarem para assegurar o funcionamento da Enit

professores e pesquisadores da Universidade de Brasília – UnB, com contribuições de Auditores-Fiscais de todo o Brasil e entregue pela entidade ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Segundo ela, a Enit foi criada pela Portaria 336/13 do MTE, mas a Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT enfrenta dificuldades, inclusive políticas, para viabilizar sua implantação. “O projeto traz uma proposta de divisão do funcionamento da Escola, gestão, treinamentos e cursos de pós-graduação como instrumentos permanentes de qualificação para os Auditores-Fiscais”, explicou. O relator Rui Alberto Ecke explicou que o objetivo da Comissão é promover a participação da categoria na elaboração de propostas e diretrizes para a efetivação da Enit como instrumento de formação, capacitação, atualização e aperfeiçoamento técnico dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Os Auditores-Fiscais fizeram um diagnóstico sobre a situação para, dessa forma, avaliar e propor melhorias e reformulações na Enit, norteados pelas perguntas: “Existe um projeto original da Escola que não está sendo implementado? Que medidas deverão ser adotadas para sua efetivação?”.

Divididos em grupos, os participantes da comissão refletiram sobre objetivos institucionais, escopo do modelo didático-pedagógico e as atividades educacionais a serem desenvolvidas,



Grupos de Trabalho defenderam importância da autonomia da Enit

estrutura e funcionamento, gestão e governança, fontes de financiamento e diretrizes gerais para a criação. Além disso, falaram sobre a educação à distância, pós-graduação e formação continuada.

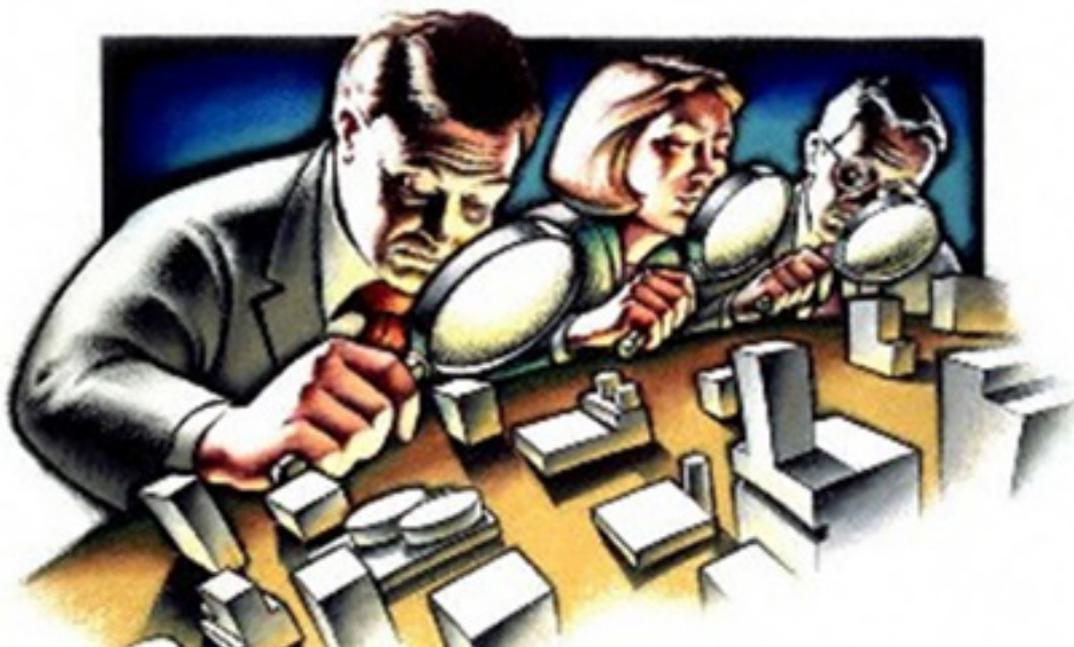
As propostas foram apresentadas na plenária das Comissões de Política de Classe, no dia 27

e, junto com as propostas das outras Comissões, estão no quadro da página 50.

Propostas

Durante a apresentação das propostas, os participantes ressaltaram a importância da autonomia, orçamento próprio e independência funcional da Enit. A estrutura deve ser subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a exemplo da Escola de Administração Fazendária – Esaf em relação ao Ministério da Fazenda. Porém, para impedir que haja ingerência política, foi colocada a possibilidade da formação de um Conselho Consultivo que dê à Enit qualificação acadêmica.

A Comissão discutiu ainda a necessidade de a Enit ter uma sede em Brasília ou nas capitais, e de que os Auditores-Fiscais, que serão tutores dos cursos, precisam de liberação. Caso haja coordenadores da Escola nos Estados, que eles tenham um local estruturado de trabalho nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTEs. Os participantes consideraram que a Enit deveria ser criada por decreto presidencial, um instrumento legal mais consistente do que a Portaria editada pelo MTE.



Enfrentamento aos ataques à Fiscalização do Trabalho - SUT/Sistema Único do Trabalho - Quarta-feira, 26/11 - 8h30

Comissão de Política de Classe discute propostas de combate a ameaças à carreira



O quadro reduzido de Auditores foi apontado como uma das ameaças à fiscalização

No segundo espaço reservado para discussões de Política de Classe no 32º Enafit, os Auditores-Fiscais do Trabalho apontaram as principais ameaças à carreira e definiram propostas de enfrentamento e combate. Os trabalhos contaram com a facilitação do diretor do Sinait Sebastião Estevam dos Santos (SP) e da Auditora-Fiscal do Trabalho Mônica Duailibe (MA).

A presidente do Sinait, Rosa Jorge, chamou a atenção de todos para o forte lobby dos empresários para acabar com as Normas regulamentadoras. “É preciso que saia daqui a denúncia para a sociedade e trabalhadores e medidas para combater isso”, frisou a presidente. De acordo com o vice-presidente Carlos Silva uma das principais ameaças, atualmente, é a indicação da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) para o Ministério da Agricultura, por ser pública sua posição na defesa de ruralistas e a intenção de alterar o artigo 149 do Código Penal, que tipifica o trabalho escravo. Em dezembro, pouco depois do Enafit, a presidente nomeou seu novo ministério. O nome de Kátia Abreu foi confirmado e a ministra, empossada em 1º de janeiro.

Ana Palmira, diretora do Sinait, lembrou que a atual situação é a mais cômoda para o desenvolvimento do capitalismo, “Na medida em que há poucos Auditores-fiscais do Trabalho, não há investimento na qualificação desses poucos, com as indicações políticas, alguns superintendentes não têm compromisso com a defesa do trabalhador”, avaliou.

Dentre as ameaças detectadas na Comissão foram destacadas como sendo as principais, o reduzido quadro de Auditores-fiscais do Trabalho,



Sebastião Estevam foi um dos facilitadores das discussões

o desmonte do Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema Único do Trabalho – SUT, a tímida exposição dos resultados das ações fiscais e a falta da Lei Orgânica do Fisco – LOF.

Como medidas de enfrentamento foram apontadas a necessidade de acabar com a divisão da categoria, buscando a união de todos, de participação do Sinait no Grupo de Trabalho que irá discutir o SUT, de realizar campanha pelo encaminhamento e aprovação da LOF, de ingressar com Mandado de Injunção junto com outras categorias interessadas na aprovação da LOF, de garantir a autonomia orçamentária e administrativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, de divulgar as péssimas condições de trabalho nas Superintendências Regionais do Trabalho - SRTES, de denunciar o desmonte do MTE, de promover mobilizações contra o desmonte do Ministério e pela ampliação do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho, de criar assessorias de imprensa nas Delegacias Sindicais, de dar visibilidade à categoria perante a sociedade e de exigir que o cargo de secretário de Inspeção do Trabalho seja ocupado por Auditor-Fiscal do Trabalho.

Em relação à LOF, Carlos Silva disse que a informação mais recente é de que houve pequenas mudanças no texto, sugeridas pela Conjur/MTE, e que há uma portaria designando representantes dos ministérios do Trabalho e da Fazenda para discutirem e construir um único documento que será encaminhado à Casa Civil. “Eles querem receber um só documento. O trabalho ainda está no Executivo”, finalizou.

Contribuições para o aprimoramento da metodologia de fiscalização
Quinta-feira, 27/11 - 8h30

Comissão de Política de Classe apresentou propostas sobre metodologia de fiscalização por projetos



Participantes se dividiram em grupos para discutir e apresentar propostas

A Comissão de Política de Classe 3, discutiu e analisou o tema “Desdobramentos da fiscalização por projetos”. Os Auditores-Fiscais que participaram da Comissão, divididos em grupos, identificaram as falhas de origem e de execução da metodologia de fiscalização por projetos e apresentaram propostas de corrigi-las e aprimorar a metodologia.

De acordo com o coordenador da Comissão, Fábio Lantmann, que é Auditor-Fiscal do Paraná, o planejamento da Auditoria-Fiscal do Trabalho proposto para quatro anos, de 2012 a 2015, está se encerrando, pois será apresentado este ano o novo planejamento para os quatro anos subsequentes. “Se pudermos contribuir da melhor forma, os resultados desse trabalho serão utilizados em nosso próprio benefício”, avaliou.

Os Auditores-Fiscais apontaram propostas para a melhoria da metodologia de fiscalização. Para alcançar esse objetivo eles destacaram, entre outras sugestões, a definição de objetivos transformadores, a escolha de prioridades e alocação coerente de Auditores-Fiscais, realização de reuniões periódicas entre os Auditores-Fiscais e coordenação, cursos de capacitação, cursos de administração de projetos para as chefias, realização de operativos nacionais por projetos, priorização de ações de inteligência fiscal e de

combate a fraudes, garantia de que as metas sejam exequíveis e coerentes com o número de Auditores ativos, envolvimento de chefias do FGTS na construção do planejamento e a mudança para uma cultura de planejamento estratégico.

Em relação à participação de cada um, o esclarecimento sobre a metodologia, o alcance de objetivos e a efetividade da fiscalização com a utilização da metodologia de projetos, os enafitianos



Roberto Miguel lembrou que houve mudança de denominação e o antes era projeto, passou a ser atividade

destacaram a falta de capacitação e envolvimento dos Auditores-Fiscais, ausência de avaliação de competências e habilidades, existência de projetos sem objetivos, falta de reavaliação periódica, Auditores-Fiscais que participam de vários projetos, dificuldades de escolher prioridades e de alocar recursos para atingir resultados, entre outros.

Na opinião de Carlos Silva, vice-presidente do Sinait, os Auditores-Fiscais não têm as condições necessárias para desenvolver projetos que solucionem problemas regionais, apesar de a metodologia prever isso. O Auditor-Fiscal Roberto Miguel Santos lembrou que o que mudou foi a denominação. Para 2015 o que era projeto passou a ser atividade. Cerca de oito atividades estão previstas, mas isso não impede que seja feito no formato de projeto.

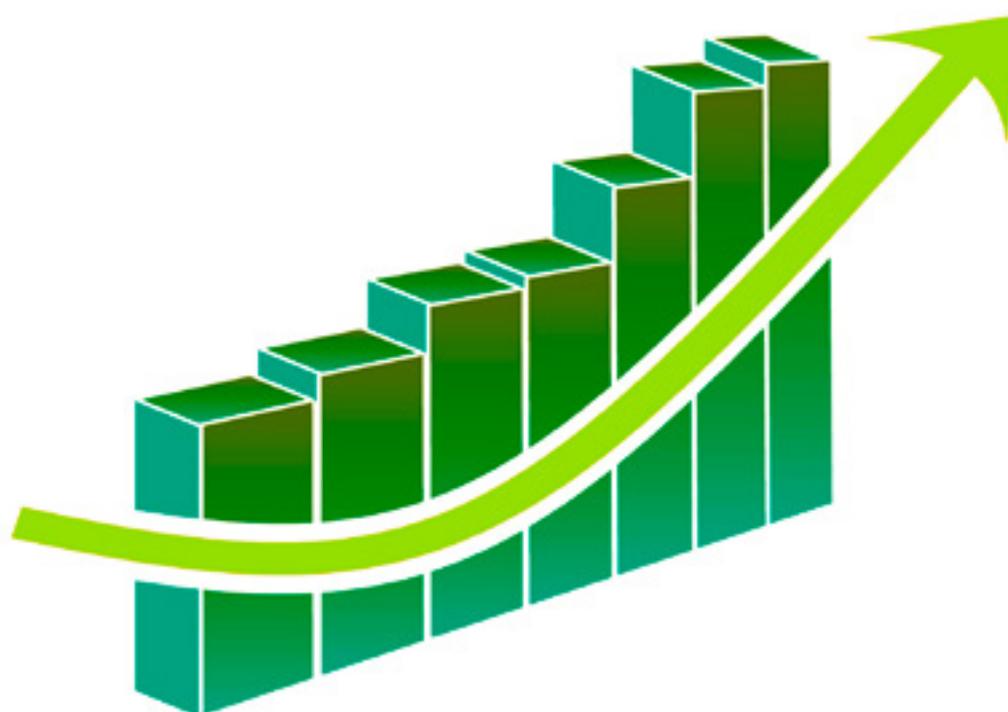
Resultado das comissões que foi levado para a plenária final, com redação final das propostas aprovadas.

Comissão de Política de Classe A Enit que queremos

Data: 25 de novembro - Nº de participantes: 58
Coordenadores: Rosângela Rassy e Rui Tavares

TEMA/PROBLEMA	PROPOSTA APROVADA
Estrutura e funcionamento da Enit	Definir a Enit como órgão integrante da estrutura do MTE, subordinada diretamente ao ministro, com autonomia funcional, orçamentária e financeira.
	Estruturar a Enit por intermédio da LOF ou em lei específica ou nos demais projetos de lei.
	Estabelecer a estrutura com os conselhos, coordenação e funcionamento conforme o projeto do Sinait elaborado em cooperação com a UnB.
Gestão e governança da Enit	Assegurar que os cargos de diretores sejam exclusivos de Auditores-Fiscais do Trabalho (ativos ou inativos) eleitos diretamente por Auditores-Fiscais do Trabalho ativos.
	Fomentar a utilização de recursos provenientes do FAT e do orçamento do MTE, bem como da participação na arrecadação de multas.
	Manter salas estruturadas nas capitais dos Estados para as coordenações regionais.
	Estabelecer sede própria em Brasília/DF.
Enit voltada para a Educação à Distância e a Pós-Graduação em matéria de Inspeção do Trabalho	Implementar educação à distância nos cursos de pós-graduação.
	Iniciar o processo com cursos de aperfeiçoamento.
	Formalizar convênios com entidades externas, como por exemplo: a Universidade Aberta do Brasil (UAB).
	Regulamentar a liberação do Auditor-Fiscal do Trabalho para a tutoria em EAD (professores e monitores).
	Executar o planejamento, com possibilidade de adequação de conteúdo.
	Não dar diretrizes políticas de gestão aos cursos (não no sentido político-partidário, mas de política de condução governamental).
	Conceber capacitação a partir de grupo técnico de Auditores-Fiscais do Trabalho proficientes e com conhecimento pedagógico.

TEMA/PROBLEMA	PROPOSTA APROVADA
	Adotar os cursos presenciais como modalidade preferencial.
	Adotar diretrizes técnicas na gestão dos cursos, assegurada a independência funcional dos Auditores-Fiscais do Trabalho.
Enit e os cursos/atividades de formação continuada dos Auditores-Fiscais do Trabalho	Priorizar recursos para cursos de aperfeiçoamento, promoção de estudos, pesquisas e debates acerca do contexto da Inspeção do Trabalho e realização de seminários, conferências, jornadas técnicas e outras atividades formativas.
	Realizar cursos de Pós-Graduação, Lato sensu (especialização) e Stricto sensu (mestrado profissional), mediante parceiros e/ou convênios.
	Criar instrumentos de compartilhamento e transparência para os cursos.
	Incluir nas capacitações, além do conhecimento técnico, a dimensão emocional das atividades.
	Criar canais concretos para a proposição de alterações legais/normativas e regulamentares.
Estratégias para implementação da Enit	Afirmar/definir a Enit como essencial para a categoria.
	Conhecer as razões técnicas e políticas da negativa de implementação da Enit.
	Criar Grupo de Trabalho para elaboração de projeto de lei e definir necessidades orçamentárias.
	Envolver Delegacias Sindicais nas propostas para o projeto de lei (fase pré-via) e sua aprovação.



Comissão – Enfrentamento aos ataques à fiscalização do trabalho

Data: 26 de novembro - Nº de participantes: 60
 Coordenadores: Sebastião dos Santos e Mônica Duailibe

ATAQUES	PROPOSTA APROVADA
Projeto do SUT em andamento	Rejeição absoluta ao projeto em andamento.
	Articulação com instituições do mundo do trabalho, parlamentares e sindicatos laborais esclarecendo sobre os prejuízos decorrentes desse projeto para a sociedade.
	Manifestações e ações contra o SUT articuladas com as representações dos Servidores Administrativos do MTE.
	Divulgação interna no âmbito do MTE e em todos os ambientes do mundo do trabalho sobre os objetivos e potenciais resultados desse projeto.
	Participação do Sinait no Grupo de Discussão criado pelo MTE para discutir o projeto.
Atrasos e pendências na conclusão da LOF	Promoção, em todos os Estados, de campanhas junto aos parlamentares e trabalhadores sobre a importância da LOF.
	Gestão junto ao MTE e à categoria do Fisco visando à conclusão e encaminhamento do projeto.
	Inclusão na LOF de artigos prevendo: a reposição salarial sistemática, cargo de gestor da SIT seja privativo de Auditor-Fiscal do Trabalho; SIT autônoma e com orçamento próprio.
	Ingresso de medida judicial – Mandado de Injunção – visando ao cumprimento do Artigo 50 da lei nº 11.457/2007.
Desmonte do MTE	Manifestações direcionadas aos parlamentares, trabalhadores e à sociedade em geral denunciando o desmonte do MTE e as consequências desse processo.
	Criação de espaços institucionais nos quais as regionais possam apresentar e denunciar os seus problemas e deficiências de recursos humanos e materiais.
	Gestão junto ao MP visando à inclusão no orçamento de recursos necessários para a recuperação do MTE e suas regionais.
	Capacitação de pessoal e valorização das chefias com o objetivo de melhorar a gestão nas regionais.
	Elaboração de minuta de Projeto de Lei com o objetivo de destinar parte das multas arrecadadas para a recuperação do MTE e Regionais.
	Criação de assessoria de imprensa nas Delegacias Sindicais para a divulgação de nossas ações, demandas e reivindicações da categoria.
	Fortalecimento da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit

ATAQUES	PROPOSTA APROVADA
Quadro reduzido de Auditores-Fiscais do Trabalho e Servidores Administrativos	Gestão permanente junto aos parlamentares visando à ampliação do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho.
	Vinculação da realização de concursos ao percentual de cargos vagos.
	Implantação de Plano de Cargos e Carreira para os Servidores Administrativos.
	Gestão junto à SIT para a elaboração e divulgação de estudo sobre lotação necessária em cada regional.
	Divulgação no “horário nobre” das precárias condições de funcionamento das regionais, gerências e insuficiência do quadro de servidores – Auditores-Fiscais do Trabalho e Administrativos.
	Gestão junto ao MP para a reposição sistemática do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho.
	Articulação com as demais instituições do mundo do trabalho e outras visando à maior visibilidade e fortalecimento da categoria.
Divulgação insuficiente dos resultados das nossas ações	Intensificação da divulgação das ações realizadas em conjunto com o MPT e demais instituições, ressaltando o protagonismo do MTE.
	Contratação padronizada de assessoria de comunicação para acompanhamento e divulgação das ações da Auditoria-Fiscal do Trabalho.
	Gestão junto ao MTE para a disponibilidade de assessoria de comunicação diretamente vinculada à SIT e nas regionais.
	Gestão junto ao MTE para a disponibilidade permanente de espaços no site oficial direcionados para a divulgação das ações da Auditoria-Fiscal do Trabalho.
	Interação com as representações de trabalhadores.
	Produção de vídeo institucional apresentando as ações da fiscalização para exibição nas salas de atendimento das regionais.
	Exposição de fotos retratando ações fiscais em espaços públicos.
	Oficinas voltadas para a melhoria da comunicação dos Auditores-Fiscais do Trabalho.
	Destinação de recursos do Sinait para a divulgação das ações da Auditoria-Fiscal do Trabalho.
	Acompanhamento da imprensa nas ações fiscais dos Grupos Móveis de Fiscalização, quando possível.
	Autonomia para os Auditores-Fiscais do Trabalho divulgarem as suas ações fiscais (similarmente à prerrogativa dos membros do MPT).
	Sensibilização das chefias para a divulgação dos resultados das ações fiscais.
	Designação de um Auditor-Fiscal do Trabalho em cada Estado para a apresentação dos resultados.
	Divulgação no “horário nobre” das ações fiscais ressaltando o papel da Auditoria-Fiscal do Trabalho e sua importância na transformação do social e do meio ambiente do trabalho.

Comissão – Avaliação da fiscalização por projetos

Data: 27 de novembro - Nº de participantes: 65

Coordenadores: Fábio Lantmann e Roberto Miguel Santos

TEMA/PROBLEMA (1)	PROPOSTA (2)
Não. Falta de capacitação e envolvimento. Participação em vários projetos	Articulação interinstitucional. Visão/atuação macro.
Não. Metas. Cultura de distribuição de processos. Não capacitação. Visão de TI como fim, desnaturando a fiscalização	Definição de objetivos transformadores. Um projeto por Auditor-Fiscal do Trabalho, preferencialmente.
A participação não é efetiva, não há avaliação de competências	Capacitação na metodologia. Mudança para uma cultura de planejamento estratégico.
Não. Metas definidas fora do Ministério do Trabalho. Projetos sem objetivos qualitativos, de transformação. Não pertencimento. Cultura de execução (OS) Não reavaliação periódica	Manutenção da fiscalização por projetos e não por atividades.
Ausência de capacitação para planejamento e gestão de projetos	Melhorar a comunicação coordenador/Auditor-Fiscal do Trabalho com reuniões periódicas.
Número de Auditores-Fiscais do Trabalho insuficiente.	Operativos nacionais por projetos.
Ausência de capacitação técnica para coordenador	Considerar as demandas sociais no planejamento e prestar contas à sociedade, bienalmente.
Ausência de instrumentos que meçam qualidade	Criar instrumentos de mensuração qualitativa, inclusive para o PPA.
Dificuldade de escolher prioridades e alocar recursos para atingir resultados	Escolha de prioridades e alocação coerente (numericamente/vocacional) de Auditores-Fiscais do Trabalho.
	Cursos de capacitação técnica para coordenadores.

(1) e (2) É necessário esclarecer que não existe relação entre os problemas apontados e as propostas de melhoria apresentada. A plenária reconheceu que os problemas apontados são os reais, e que as melhorias propostas em seu conjunto são importantes.

	Criação de indicador quantitativo que considere: porte da empresa (número de empregados), grupo de risco e atributos fiscalizados.
	Cursos para chefes e coordenadores de administração por projetos.
Falta de qualificação para gestão de projetos	Desenvolver forma de avaliar a qualidade das ações fiscais.
Falta de Auditores-Fiscais do Trabalho e Servidores Administrativos	Incorporar e aplicar nacionalmente as experiências transformadoras (seminários).
Metas inexecutáveis	Respeitar as peculiaridades locais no planejamento das SRTEs.
Falta de diálogo entre os projetos	Privilegiar ações de inteligência fiscal e combate a fraudes.
Metodologia por projetos não consolidada	Garantir que as metas sejam executáveis e de acordo com o número de Auditores-Fiscais do Trabalho ativos e em fiscalização.
Indefinição da metodologia para os próximos anos	Envolver todas as chefias de fiscalização, inclusive a do FGTS, na construção do planejamento.
Sucateamento do MTE	Garantir cumprimento da legislação de pessoal para os Auditores-Fiscais do Trabalho.
	Propor administrativamente o ressarcimento das despesas realizadas pelos Auditores-Fiscais do Trabalho na ação fiscal. Caso não aceite, impetrar ações judiciais (Convenção 81 da OIT)
	Envolver todos os Auditores-Fiscais do Trabalho na construção do planejamento.



Encontro com Universitários - Segunda-feira, 24/11 - 8h

Palestra para universitários aborda trabalho escravo, infantil e prevenção a acidentes



Luize Surkamp falou sobre a prática de trabalho escravo em diversas regiões do país

O 32º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit realizou na segunda-feira, primeiro dia de trabalhos técnicos, a palestra para estudantes universitários, num espaço dedicado à divulgação da atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho para a comunidade acadêmica do Estado sede. O tema deste ano foi “O combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e a prevenção de acidentes de trabalho”.

A Auditora-Fiscal Luize Surkamp (PR) falou sobre combate ao trabalho escravo e explicou que, apesar da ideia de que os casos são mais comuns na Região Norte, a prática tem sido constatada na Região Sul, incluindo o Paraná, no cultivo da erva-mate, da maçã, do tomate e na construção civil, entre outros setores. Ela destacou

que as operações do Grupo Especial Móvel de Fiscalização enfrentam muitas dificuldades, principalmente de acesso aos locais onde estão os trabalhadores.

Ao mostrar fotos de situações constatadas por Auditores-Fiscais que caracterizam trabalho análogo à escravidão, Luize destacou que não há muita diferença entre os Estados. “São alojamentos com lona ou de madeira, sem condições sanitárias de higiene, água potável e local de armazenamento de alimentos”. Segundo ela, durante uma operação, trabalhadores foram encontrados em um local sujo, sem condições de conforto e os Auditores-Fiscais se surpreenderam com a explicação dada pelo empregador. “Ele confessou que deveria ter limpo o alojamento

que, antes tinha sido ocupado por animais, para receber os trabalhadores”, disse.

A Auditora-Fiscal destacou a importância do Movimento Ação Integrada, um projeto do Sinait em parceria com a Organização Internacional do



O trabalho infantil foi abordado pelo Auditor-Fiscal Sérgio Rech

Trabalho – OIT, que agora conta com a participação de outros órgãos para a reinserção de egressos do trabalho escravo a cursos de qualificação profissional e ao mercado de trabalho.

Trabalho Infantil

Os prejuízos do trabalho infantil para crianças e adolescentes foi um dos assuntos da palestra do Auditor-Fiscal Sérgio Rech (PR). Ele deu um depoimento pessoal sobre ter começado a trabalhar aos doze anos de idade e disse que apesar de ter frequentado a escola, teve problemas de saúde e hoje tem seis pinos na coluna. “Quando conto essa história, algumas pessoas falam que hoje eu sou bem-sucedido profissionalmente porque comecei a trabalhar desde cedo, sem levar em consideração que isso não deveria acontecer com nenhuma criança”.

Ele explicou que as consequências para quem começa a trabalhar cedo são a exposição aos riscos trazidos pela pressão do mundo do trabalho e da responsabilidade de adultos às condições emocionais e psicológicas da vítima, exclusão da infância e a possibilidade de, na fase adulta, não ter qualificação suficiente por ter tido o aprendizado afetado, e a dificuldade de arranjar empregos.

Sérgio alertou para as piores formas de trabalho infantil, entre elas, o trabalho doméstico. “No Brasil, é muito comum levarem crianças do interior para a cidade para estudar e trabalhar em casa. A realidade são jornadas exaustivas,

péssimo desempenho escolar e até abuso sexual”, completou.

Prevenção aos acidentes

Em sua palestra sobre prevenção aos acidentes de trabalho, o Auditor-Fiscal Gustavo Franco Simon apresentou os números alarmantes registrados pela Previdência Social: em cinco anos – de 2004 a 2008 – foram 2.884.798 acidentes laborais que custaram aos cofres públicos o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto - PIB. Segundo ele, a redução dos riscos laborais por meio de normas de saúde e segurança está prevista na Constituição Brasileira e em Convenções da OIT para várias áreas como agricultura, mineração e indústria.

Fazendo um comparativo com outros países, ele destacou que a contaminação por ebola em três enfermeiras – duas americanas e uma espanhola –, considerada acidente de trabalho, movimentou bilhões de dólares dos Estados Unidos e da União Europeia em investimentos na prevenção de riscos. Sobre as origens dos acidentes de trabalho, de acordo com Gustavo, a tendência brasileira é entender que o sistema técnico é confiável e as falhas ocorrem por decisões “conscientes” dos trabalhadores, além do desrespeito às normas prescritas. Ele aponta que as medidas adotadas quase sempre se resumem



Palestra para universitários já é tradição no Enafit e dá visibilidade à carreira junto aos estudantes

a punições e “treinamentos”.

Porém, o Auditor-Fiscal explicou que a maioria dos acidentes podem ser previstos e prevenidos. “São fenômenos socialmente determinados, relacionados a fatores de risco dos sistemas de produção. O conhecimento derivado da sua análise amplia as possibilidades de prevenção”, concluiu.

Palestra motivacional - Estratégias para uma boa qualidade de vida
Quarta-feira, 26/11

Em palestra motivacional, João Roberto Gretz fala sobre entusiasmo



João Roberto lembrou a importância dos Auditores-Fiscais para o bem-estar dos trabalhadores

A alegria e o entusiasmo do professor João Roberto Gretz abriram o terceiro dia do 32º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, 26 de novembro. Com a palestra “Estratégias para uma boa qualidade de vida”, ele encantou a plateia, contou experiências de vida e deu dicas sobre bem-estar e saúde.

Autor de vários livros motivacionais, João Roberto destacou, durante a palestra, a importância dos Auditores-Fiscais do Trabalho para o bem-estar dos trabalhadores brasileiros. Ele começou a trabalhar quando era criança para ajudar o pai na feira e disse saber das dificuldades enfrentadas por aqueles que gostariam de ter um trabalho decente.

Entre as dicas, o professor Gretz disse que a urgência advém da desorganização, por isso é necessário que se faça cronograma das atividades profissionais para planejá-las e não deixar tudo para a última hora. “Isso precisa ser feito também na vida pessoal, principalmente em relação aos compromissos com a saúde e família. Não deixem frestas em suas vidas”, completou.

Segundo ele, todas as nossas atitudes e formas de ver o mundo devem ser voltadas para

que se mantenha o entusiasmo, o que pode ajudar em qualquer mudança de hábitos. “Manter a mente ocupada, alimentação saudável e atividade física são fundamentais”. Para ele, tratar bem o próximo também faz parte do processo que as pessoas precisam seguir para serem mais felizes. “Dê o seu melhor. Atenda as pessoas de todo o coração. Deus vai compensar você”, disse.

Outro ponto que João Roberto tratou foi a saúde financeira. Ele ressaltou que o consumismo exagerado não contribui para a qualidade de vida. “E ainda pode atrair dívidas, mais uma fonte de angústia e preocupação”. Dando o exemplo da águia, o professor explicou que a ave mantém o foco até pegar sua presa. “Foco também significa estabelecer metas e isso só funciona quando marcamos datas para a realização dos objetivos, as coisas não podem ficar em aberto”. Nas situações mais complicadas, João Roberto Gretz aconselhou um breve distanciamento “Quando paramos, problemas grandes ficam pequeninos”.

Encontre mais informações sobre as palestras, livros e vídeos de João Roberto Gretz em www.gretz.com.br.

32º Enafit premia vencedores dos concursos de Artigo Científico e Fotografia

Na programação do 32º Enafit na quarta-feira, 26 de novembro, os vencedores dos concursos de Artigos Científicos e de Fotografia apresentaram uma síntese de seus trabalhos para os presentes e receberam os respectivos prêmios de acordo com a classificação de cada um. Francimary Michiles, diretora do Sinait, informou que os integrantes da Comissão Julgadora não tomaram conhecimento dos nomes dos autores dos trabalhos concorrentes. E incentivou: “continuem escrevendo porque nosso trabalho tem que ser levado ao conhecimento da sociedade”.

No concurso de Artigos Científicos que teve como tema **“A atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho na garantia da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho: fundamentos da Constituição Brasileira”**, os premiados foram os Auditores-Fiscais do Trabalho Cristiane Leonel Moreira da Silva (SP), em primeiro lugar; Marcell Fernandes Santana (ES), em segundo lugar e Fernando André Sampaio Cabral (PE), que conquistou o terceiro lugar.

Cristiane Leonel da Silva homenageou colegas que contribuíram para a realização de seu trabalho, entre eles, a presidente do 32º Enafit, Maria Teresa Jensen. Seu artigo, intitulado “A Auditoria-Fiscal do Trabalho e a realização da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho”, discorreu sobre as várias formas de concretizar estes conceitos em defesa dos trabalhadores. “Argumentos teóricos e diversas situações do cotidiano das atribuições da Auditoria-Fiscal do Trabalho foram abordados e correlacionados no intuito de demonstrar como atuamos para a garantia e concretização da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho”, explicou, acrescentando que no texto foi ressaltada e fortalecida a extrema importância das funções dos Auditores-Fiscais do Trabalho, para a realização dos grandes valores e finalidades da sociedade.

Marcell Fernandes, em seu artigo “O valor do trabalho humano digno na nova ordem mundial”, falou sobre a necessidade e importância da atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho para

garantir a dignidade do trabalhador diante de tanta precarização do trabalho, que resultam em números alarmantes de acidentes de trabalho.



Marcel Fernandes, segundo lugar no concurso de Artigos Científicos

Para ele, os Auditores-Fiscais precisam admitir essa relevância e assumir o protagonismo em suas ações. “Independentemente de que rumo iremos tomar, tem que haver parâmetros mínimos de dignidade, cidadania e valor social do trabalho”, enfatizou. Ele disse que enxerga claramente na Auditoria-Fiscal do Trabalho um meio eficaz de se garantir princípios fundamentais constitucionais de cidadania, valor social do trabalho e dignidade da pessoa humana, a todos os trabalhadores. Isso, graças ao papel dos Auditores-Fiscais de fazer cumprir os direitos trabalhistas que são considerados direitos humanos em sua essência.

Para Fernando André, autor do artigo “A atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho na garantia da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho: fundamentos da Constituição brasileira”, o direito do trabalho é protetivo devido ao reconhecimento de uma relação desigual. Entre as ações da Fiscalização do Trabalho na promoção do trabalho decente, citou a garantia da segurança e saúde do trabalhador, o combate ao trabalho infantil e do adolescente, o combate ao trabalho análogo à condição de escravo e a inclusão de pessoas

com deficiência. Disse também que os Auditores-Fiscais do Trabalho, ao longo de sua história, não se apropriaram da nova forma de interpretação



Fernando Sampaio conquistou o terceiro lugar no concurso

das leis à luz da Constituição Federal e muitas vezes utilizam interpretações tradicionais o que, para ele, “reduz os instrumentos e a força do nosso trabalho”. Ele lembra que a CF foi promulgada após um período de restrições democráticas e buscou preservar e consagrar os direitos humanos e fundamentais e suas respectivas garantias. “Tais princípios têm total correlação com a atividade da Auditoria Fiscal do Trabalho na busca do trabalho decente”, destacou.

Imagem

O tema do concurso de Fotografia foi “O OLHAR DO AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO: Trabalho Escravo, Trabalho Infantil e Riscos de Acidentes de Trabalho”. Wilson Ramires e Brunno Dalossi, respectivamente, primeiro e segundo lugares, não puderam comparecer ao evento. Porém, o Auditor-Fiscal do Trabalho Rafael Castro, representou o vencedor Wilson Ramires.

O Auditor-Fiscal e fotógrafo Sérgio Carvalho chamou à mesa a terceira colocada no Concurso, Sofia Gomes (RN). Para Sérgio Carvalho, que é fotógrafo e tem vários livros publicados, a fotografia não é apenas o registro de uma imagem, mas a expressão artística do autor, uma ferramenta

importante para o Auditor-Fiscal na produção de provas, por exemplo, em relatórios dos Grupos Móveis que combatem o trabalho escravo.

Sofia Gomes explicou que a foto “Sem Digitais”, foi tirada durante operação de combate ao trabalho infantil, no município de João Câmara, na comunidade conhecida como “Amarelão”, no Rio Grande do Norte. O título representa as mãos das crianças que trabalham na quebra artesanal da castanha e que perdem suas digitais ao manusearem a castanha de caju ainda quente, após serem queimadas. “Para quem não é do Nordeste, é mais difícil de identificar que a mão da criança segura castanhas pretas”, explicou. “Também é possível observar que as pontas dos dedos estão machucadas”.

A presidente do Sinait, Rosa Jorge, pediu aos Auditores-Fiscais do Trabalho que produzam



Sofia Gomes venceu com a fotografia Sem Digitais, que mostra crianças trabalhando na quebra de castanhas

vídeos e livros que tragam o registro científico da atividade dos Auditores-Fiscais do Trabalho. “Eu ficaria muito feliz se no próximo ano fizéssemos o lançamento de vários livros”. Segundo ela, o Sinait vai continuar incentivando a produção de material científico que registre e divulgue o trabalho dos Auditores-Fiscais, em livros, vídeos e fotografias.

com a atividade da Auditoria Fiscal do Trabalho na busca do trabalho decente”, destacou.

Auditor-Fiscal lança livro sobre Direitos Humanos



Jair Teixeira lembrou como é gratificante produzir literatura de interesse da sociedade

Na tarde de segunda-feira, 24 de novembro, aconteceu o tradicional lançamento de livros de Auditores-Fiscais do Trabalho dentro da programação do 32º Enafit. Jair Teixeira dos Reis, Auditor-Fiscal do Trabalho lotado na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo – SRTE/ES, já tem experiência na produção científica e apresentou para os colegas a obra “Direitos Humanos - para provas e concursos”. De acordo com ele, é gratificante produzir material de interesse da sociedade. “Produzir trabalho científico para que a sociedade possa ter essa permissão de leitura e questionamento é o que mais engrandece quem se propõe a escrever”, declarou o autor.

Jair Teixeira criticou o mercado editorial, que em sua opinião, privilegia autores e conteúdos mercadológicos em detrimento da produção científica. “As editoras pensam na lucratividade. Não adianta ter o melhor trabalho se o seu nome não rende para quem tem a pretensão de comercializar, tanto que todos os colegas que estão começando a produzir já vivem a exigência de uma tiragem mínima por conta do autor”, lamentou. O Auditor-Fiscal afirmou que isso gera um alto custo para quem está iniciando na área de produção científica.

Ítalo Mannarino, diretor do Sinait, acompanhou Jair Teixeira em sua apresentação.

Grande participação favoreceu discussão de importantes assuntos na Tribuna Livre



Momento de colocar a boca no trombone teve grande participação dos enafitianos

Quatro assuntos dominaram os debates da Tribuna Livre, realizados na tarde do dia 26 de novembro: sugestões para o aperfeiçoamento do concurso de fotografias, a votação eletrônica na Assembleia Geral Nacional do Sinait, o Sistema Único do Trabalho – SUT e a Confederação Iberoamericana de Inspectores do Trabalho – CIIT.

Foi também na Tribuna Livre que surgiu a proposta de realizar a passeata até a sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/PR no dia 27 de novembro e protesto exigindo a exoneração do superintendente Neivo Beraldin. A proposta foi aceita por aclamação e às 11h30 do dia seguinte centenas de Auditores-Fiscais do Trabalho participaram da mobilização (veja matéria nesta edição).

Sobre o concurso de fotografias, houve sugestão de inclusão de novas categorias para permitir, por exemplo, inscrição de fotos tiradas de telefones celulares, muito comuns hoje em dia. Alguns Auditores-Fiscais do Trabalho reivindicaram a desclassificação de Wilson Ramires, que foi classificado em primeiro lugar no concurso, por ser fotógrafo profissional. Sérgio Carvalho, da Comissão Julgadora, esclareceu que fotógrafo profissional é aquele que vive exclusivamente da

fotografia, o que não é o caso de Ramires.

Houve, ainda, questionamento se o concurso deve ou não continuar, pois lida com temas delicados e imagens que colocam os trabalhadores em situações de exposição extrema. Diretores do Sinait, entretanto, defenderam a realização do concurso de fotografias, pois o objetivo é a divulgação e a valorização do trabalho dos Auditores-Fiscais, mostrando as mazelas que existem e que são combatidas pela fiscalização. Rosa Jorge, presidente do Sinait, disse que a imagem faz parte dos relatórios de Inspeção do Trabalho e que agregam informações e credibilidade ao trabalho dos Auditores-Fiscais. Afirmou, também, que tudo pode ser aprimorado e conta com mais sugestões da categoria para que isso seja feito.

Em relação à votação eletrônica, foi reivindicado que seja mantido o sistema de voto por correspondência em paralelo à votação eletrônica, para facilitar a participação de pessoas que não têm acesso à internet. O Auditor-Fiscal do Trabalho Fahid Tahan Sab questionou a legalidade da Assembleia Geral Nacional realizada com votação eletrônica e sugeriu que o processo seja anulado, assim como o resultado da AGN que



Foi na Tribuna Livre que surgiu a ideia de fazer a manifestação pela saída de Neivo Beraldin

aprovou o reajuste da mensalidade do Sinait. Para ele, há uma interpretação irregular do Estatuto do Sindicato. Ele sugeriu que a categoria faça doações voluntárias durante um período determinado para recompor o caixa do Sinait, e que depois seja aberta uma nova discussão e realizada uma nova Assembleia, na visão dele, de forma legítima.

A ausência da Agitra e da Afaiterj do processo eleitoral de renovação da diretoria da CIIT foi questionada pelo Auditor-Fiscal Renato Futuro. Ele lembrou que a Agitra foi fundadora da Confederação em 1992 e que o Sinait foi convidado a integrar a entidade. Ele considera que o processo atual está fora da legalidade e afirmou que tomará medidas legais caso não seja revertido. Disse que reivindicou documentos que até hoje não foram disponibilizados.

Rosa Jorge, presidente do Sinait e ex-presidente da CIIT, disse que ninguém tem dúvida de que a Agitra foi entidade fundadora da CIIT, mas lembrou que o Estatuto da Confederação foi modificado e hoje os membros são representações de países e não associações regionais. Nesse contexto, o Sinait é o representante do Brasil, assim como as instituições nacionais que representam os



Rosa Jorge e os mediadores da Tribuna Livre

Inspetores do Trabalho do Uruguai e da Espanha.

Valdiney Arruda, então presidente da CIIT, afirmou que a eleição foi legítima e que ele foi escolhido pela vontade e pelos votos dos representantes das entidades integrantes da Confederação.

Vários Auditores-Fiscais manifestaram-se também sobre o Sistema Único do Trabalho – SUT, a maioria contra a proposta e pela total rejeição, pois pode representar a ingerência de Estados e municípios sobre a fiscalização. Rosa Jorge informou sobre as ações do Sinait contra a proposta de implantação do SUT, da constituição do fórum conjunto com os Servidores Administrativos e as reivindicações para participar do GT que vai discutir o tema.

O Auditor-Fiscal José Márcio Barreto Vieira Brandão, em duas intervenções, colocou suas preocupações quanto ao rumo que as discussões sobre o SUT têm tomado. Para ele, a categoria deve criar alternativas para a carreira, pois não tem governabilidade sobre muita coisa, inclusive a criação ou não do SUT. Diante da desestruturação

do Ministério do Trabalho e Emprego, ele considera que não basta apenas dizer não ao SUT, é preciso lutar com mais empenho pela dignidade no trabalho na Auditoria-Fiscal.

Outras propostas apresentadas: realização de um curto campeonato esportivo durante o Enafit; implementação do Congresso Nacional da categoria previsto no Estatuto; mais tempo para

a apresentação dos trabalhos ganhadores dos concursos; alternância na direção da CIIT; revisar o cadastro de e-mails dos filiados do Sinait; impetrar vários processos contra o superintendente Neivo Beraldin, como forma de pressionar para que ele saia do cargo; simplificação do sistema de inscrição para o Enafit no site do Sinait.

Apresentação, discussão e votação de Moções e de Proposições

33º Enafit

Sexta-feira, 28/11 - 8h30

Sessão Solene de Encerramento



Audítores- Fiscais aprovam proposições e moções e Carta de Curitiba no encerramento do Enafit

Foram aprovadas cinco proposições e quatro moções, que versam sobre temas como a redução da jornada de trabalho, Escola Nacional da Inspeção do Trabalho – Enit, questões políticas do Ministério do Trabalho e Emprego e contra a indicação da senadora Kátia Abreu ao Ministério da Agricultura. Duas moções versaram sobre a terceirização de mão de obra em atividades-fim



Maria Teresa Jensen, presidente do 32º Enafit, lê Carta de Curitiba

das empresas. Embora o conteúdo seja bastante parecido, a redação de uma é mais formal, voltada para autoridades jurídicas e outra mais acessível à sociedade de forma geral.

A redação das proposições e moções foi alvo de debates e sugestões dos enafitianos, e resultado de discussões realizadas durante todo o Encontro, em painéis, plenárias, Cursos de Atualização e Comissões de Política de Classe, além da manifestação organizada para pedir a saída do superintendente do MTE no Paraná.

Confira a redação final aprovada pela plenária.

Proposições aprovadas

1 - Que seja formalizado às Centrais Sindicais brasileiras o apoio da Diretoria Executiva do Sinait o apoio à proposta de redução da jornada de trabalho, à luz do fundamento constitucional da DIGNIDADE HUMANA inscrito no artigo primeiro da Constituição Federal.

Todo trabalhador tem o direito de usufruir do convívio de sua família, de ter tempo para o descanso e atividades de lazer, além de proteção contra acidentes de trabalho, cujo número no Brasil é altíssimo e tem como uma de suas causas as longas e extenuantes jornadas trabalhadas sem as devidas horas de intervalo.

O Sinait compromete-se a estar ao lado dos trabalhadores nesta luta pela aprovação da redução da jornada de trabalho no Congresso Nacional, entendendo que esta é uma medida benéfica ao conjunto da sociedade.

2 – Que a Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, responsável pela Inspeção do Trabalho no Brasil, crie projeto ou grupo especial com foco nas empresas terceirizadas na administração pública em geral, dada a sua gravidade;

3 - Que os relatores da Comissão de Política de Classe que discutiu a Escola Nacional de Inspeção do Trabalho – Enit integrem o Grupo Técnico aprovado pela Comissão para redigir a minuta de projeto de lei para criação da Escola;

4 - Que o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, não seja reconduzido ao cargo no novo governo da presidente Dilma Rousseff;

5 - Que a Delegacia Sindical do Sinait participe da indicação de Auditor-Fiscal do Trabalho para o cargo de Superintendente, ouvidos os filiados por meio de Assembleia Geral Local.

Moções aprovadas



Rosa Jorge se posiciona a respeito da necessidade de exigir a saída de Neivo Beraldin da SRTE/PR

Moção de Repúdio

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos no 32º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Enafit, em Curitiba, no Paraná, repudiam os atos do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Paraná – Neivo Beraldin –, que adota uma conduta de reiterada interferência nas ações fiscais, de perseguição e de assédio

moral a Auditores-Fiscais do Trabalho e Servidores Administrativos no Estado do Paraná, o que propicia a deterioração do ambiente de trabalho e a fragilização da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

A presença de Neivo Beraldin na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Paraná impede que os Auditores-Fiscais do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego efetivem os direitos fundamentais dos trabalhadores, como cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho, inscritos na Constituição e constantes do tema geral deste 32º Encontro: **“A AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO LUTA PELO CUMPRIMENTO DOS FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO: CIDADANIA, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS VALORES SOCIAIS DO TRABALHO”**.

O Sinait e os Auditores-Fiscais do Trabalho exigem a saída imediata de Neivo Beraldin do cargo de Superintendente no Paraná, por entender que ele não reúne as condições de gestão necessárias para exercer o cargo. Além disso, exigem do Ministro do Trabalho e Emprego que nomeie um técnico para exercer o cargo que é essencialmente técnico.

Moção de Repúdio à indicação de Kátia Abreu ao Ministério da Agricultura

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos no 32º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Enafit, em Curitiba (PR), de 23 a 28 de novembro, apresentam Moção de Repúdio à possibilidade de nomeação da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) como ministra da Agricultura para o próximo mandato da presidente Dilma Rousseff.

O Sinait e o movimento sindical estão perplexos com os rumores. Avaliam que é uma afronta aos trabalhadores e à Auditoria-Fiscal do Trabalho e uma péssima escolha da presidente da República, que significa o rompimento do governo com os compromissos de campanha assumidos com os trabalhadores.

A senadora, publicamente, assumidamente, sempre comandou a bancada ruralista no Congresso Nacional contra os projetos que preservam e ampliam os direitos dos trabalhadores e de desenvolvimento sustentável no país.

Em especial, Kátia Abreu se colocou contra a aprovação da PEC do Trabalho Escravo,

promulgada como Emenda Constitucional 81/2014, e articulou o projeto de regulamentação da EC, cujo relatório retira a “jornada exaustiva” e o “trabalho degradante” como elementos de caracterização do trabalho análogo ao escravo. A bancada ruralista foi a responsável pela demora na votação e aprovação desta matéria, que ficou parada durante anos na Câmara.

Kátia Abreu é presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA e nessa condição ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal – STF, com intuito de por fim a um dos instrumentos mais eficazes para coibir a prática do trabalho escravo que é a conhecida como “Lista Suja”, na qual figuram aqueles empregadores que são flagrados por praticarem o crime que é descrito no artigo 149 do Código Penal.

A indicação do seu nome fere a prática adotada pelo governo desde 2003 de buscar a erradicação dessa chaga social, porque ataca um dos pilares da Constituição brasileira, o princípio da dignidade humana.

Nesse momento, o SINAIT, as representações dos trabalhadores e a sociedade repudiam veementemente essa indicação e apelam à Presidente da República para que não leve adiante essa danosa indicação.

Foram vários os ataques desferidos pela parlamentar aos Grupos Móveis e à Auditoria-Fiscal do Trabalho, tentando denegrir a imagem dos servidores e desqualificar o trabalho realizado em defesa dos direitos dos trabalhadores encontrados em situação de escravidão.

Pelas razões expostas, os Auditores-Fiscais do Trabalho repudiam a indicação da senadora Kátia Abreu ao ministério da Agricultura.

Moção de alerta à sociedade sobre os prejuízos da terceirização na atividade-fim

Nós, Auditores-Fiscais do Trabalho reunidos no 32º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Enafit, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, propomos a presente Moção para ALERTAR a sociedade para o fato de que, ao contrário de uma pretensa modernidade e redução de custos que adviriam da aplicabilidade da terceirização na atividade-fim, nos depararemos com um aumento acentuado de acidentes laborais, vitimando trabalhadores, retirando-lhes, por muitas vezes, a condição laboral, em seu prejuízo e de

suas famílias.

É importante saber que a terceirização causa imensos prejuízos aos trabalhadores terceirizados, pelos seguintes aspectos:

- Retira-lhe a sensação de pertencimento à empresa tomadora de serviços, sendo sempre um terceiro, muitas vezes invisível no ambiente de trabalho;

- Não lhe concede os mesmos direitos dos empregados das tomadoras de serviços (salários menores, ausências de benefícios etc);

- Fragiliza a organização sindical dos trabalhadores, uma vez que várias categorias profissionais laboram no mesmo espaço, com interesses muitas vezes distintos, enfraquecendo as negociações, dificultando a ocorrência de movimentos paredistas e reduzindo a possibilidade de conquistas sociais e salariais;

- O incremento significativo na ocorrência de acidentes de trabalho graves e fatais, é estatisticamente comprovado entre os empregados terceirizados, pelo menor nível de investimentos em prevenção das empresas prestadores de serviços. Tais acidentes causam enormes prejuízos aos trabalhadores, suas famílias e à sociedade brasileira, que custeia tais acidentes por meio dos benefícios previdenciários.

A terceirização fragiliza as relações de emprego, provoca a excessiva rotatividade dos trabalhadores, não permite a fruição de férias devido à sua conversão em pecúnia na substituição da empresa prestadora de serviços, entre outros.

Qualquer alteração legal que estenda as hipóteses legais de terceirização na atividade-fim gerará imensos prejuízos aos trabalhadores, em flagrante violação ao princípio da vedação do retrocesso social (Pacto de San José de Costa Rica) e ao Princípio da Dignidade Humana do Trabalhador.

Curitiba/PR, 28 de Novembro de 2014.

Moção de alerta à sociedade sobre os prejuízos oriundos da terceirização na atividade-fim

Considerando que encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal Recurso Extraordinário com fundamento no art. 102, III, a, da Carta Política de 1988 por violação ao art. 5º, II, da mesma norma no sentido de se permitir a terceirização na atividade-fim das empresas;

Considerando que nosso ordenamento jurídico

já regula as possibilidades de terceirização e intermediação de mão de obra nos seguintes normativos: Lei n. 6019, de 3.1.1974, art. 581, § 2º da CLT e Lei n. 7.102, de 20.06.1983;

Considerando que os limites à terceirização já foram sedimentados no Direito brasileiro (Súmula 331 do TST), que permite a terceirização em quatro hipóteses:

1- Contratação de trabalhadores por empresa de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.06.1974);

2- Contratação de serviços de vigilância (Lei n 7.102, de 20.06.1983);

3- Contratação de serviços de conservação e limpeza;

4- Contratação de serviços especializados ligados a atividades-meio do tomador, desde que inexista a personalidade e a subordinação direta;

Considerando que a terceirização fragiliza as relações de emprego, eleva o número de acidentes de trabalho graves e fatais, provoca a excessiva rotatividade dos trabalhadores, não permite a fruição de férias devido à sua conversão em pecúnia, ferindo em demasia o direito

constitucional de férias que visa à recomposição física e psicológica do trabalhador; e

Considerando que os direitos e garantias dos trabalhadores terceirizados são manifestamente inferiores aos dos empregados efetivos do empregador enquanto se observa a redução de custos nas contratações e acumulação indiscriminada de lucros,

Nós Auditores Fiscais do Trabalho, reunidos no 32º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, propomos a presente Moção para ALERTAR à sociedade, para o fato de que, ao contrário de uma pretensa modernidade e redução de custos que adviriam da aplicabilidade da terceirização na atividade-fim, nos depararmos com um aumento acentuado de acidentes laborais que serão custeados por todos nós contribuintes em face dos pagamentos de benefícios previdenciários.

Curitiba/PR, 28 de Novembro de 2014.



Maria da Paz apresenta João Pessoa como sede do 33° Enafit

Plenária aprovou a Paraíba para sediar o próximo Encontro



Em 2015 Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o Brasil se reunirão em João Pessoa. A capital da Paraíba vai sediar a 33ª edição do Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Enafit. A Delegada Sindical do Sinaif na Paraíba, Maria da Paz Bezerra do Nascimento, apresentou a candidatura de João Pessoa na plenária de encerramento do 32º Enafit e a proposta foi acolhida com entusiasmo pelos enafitianos.

Ela fez questão de informar que já procurou apoio do governo do Estado para a realização do evento e que fez um levantamento preliminar de custos, garantindo que o evento e a estadia dos colegas poderá ser bem econômica.

Ao final do lançamento da candidatura, ela leu os versos de uma canção que fala de João Pessoa

“Somos a porta do sol
Deste país tropical
Somos a mata verde
A esperança
E o coração do extremo oriental”

João Pessoa

Conhecida por ser uma das capitais com maior

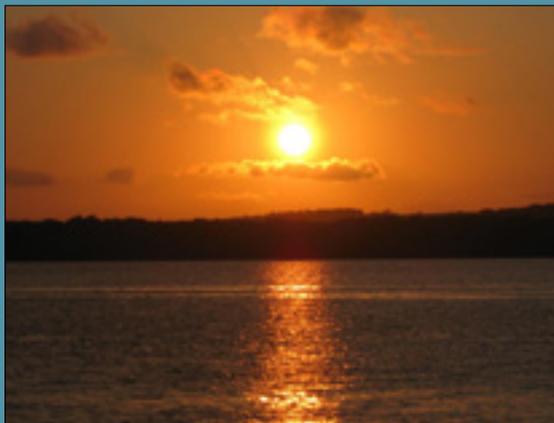
qualidade de vida e a menos desigual do Nordeste, João Pessoa é a cidade onde o sol nasce mais cedo em todo o continente americano, por isso é conhecida como a porta do sol. É lá que está localizada a Ponta do Seixas, o ponto mais oriental

das Américas, de onde se pode ver o sol nascer lindo e brilhante.

O por do sol também é um momento inesquecível em João Pessoa e tem trilha sonora especial. Todos os dias, no fim da tarde, o saxofonista Jurandy do Sax entoa o Bolero de Ravel, na praia doce do Jacaré. O espetáculo começa por volta das 17 horas e dura até o último suspiro do

astro-rei, atraindo moradores e turistas que lotam os vários bares à beira-rio.

Além de praias lindas, a cidade possui um patrimônio histórico muito rico, comparado ao de Olinda, no estado vizinho de Pernambuco. Por tudo isso, João Pessoa é um destino agradável e foi considerada pela organização Internacional Living - responsável pela publicação do ranking anual dos melhores países para viver após se aposentar - como uma das melhores cidades do mundo para se desfrutar a aposentadoria.



Encerramento destacou a união da categoria



Maria Teresa Jensen faz a despedida do Enafit

Depois da discussão e aprovação de proposições, moções e da Carta de Curitiba, e da escolha de João Pessoa (PB) como sede do 33º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, em 2015, formou-se a mesa de encerramento solene do evento.

Fábio Lantmann, diretor do Sinait e da Associação dos Auditores-Fiscais do Trabalho do Paraná – AAFTPR, agradeceu a oportunidade de reflexão sobre vários temas durante a semana e falou sobre a importância de ter tido o apoio de colegas de todo o Brasil na manifestação que aconteceu no dia anterior, quando os Auditores-Fiscais fizeram uma passeata pelas ruas de Curitiba, até a sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/PR pedindo o afastamento do superintendente, Neivo Beraldin,

por interferir na fiscalização e perseguir servidores. “Ontem foi um momento único, quando cantamos o Hino Nacional dentro da Superintendência. A nossa marca ficou ali, foi um momento histórico, de bravura, por isso quero agradecer esse apoio”, enfatizou.

A fala de Dalva Coate, presidente da AAFTPR, também enfatizou a importância daquele momento, não apenas para os Auditores-Fiscais do Paraná, que sofrem com os desmandos de Beraldin, mas para colegas de todo o Brasil, que lutam para acabar com intervenções políticas no Ministério do Trabalho e Emprego.

A Delegada Sindical do Paraná e presidente do Enafit, Maria Teresa Pacheco Jensen, lembrou todos os momentos que aconteceram ao longo da semana, falou da nostalgia que estava sentindo

ENCERRAMENTO



Rosa Jorge faz os agradecimentos finais e lembra momentos marcantes do evento

com o encerramento do evento e agradeceu aos colegas que conheceram um pouco da cultura do Paraná e dividiram seus problemas. “Foi muito bom conversar, trocar ideias, porque às vezes as coisas ficam difíceis, temos que preocupar com nossas

atividades e ainda nos defender das ameaças”, disse a Auditora-Fiscal.

Por último, Rosa Jorge, disse que os Auditores-Fiscais do Trabalho saem de Curitiba enriquecidos com as discussões do Encontro. “Saímos daqui enriquecidos e engrandecidos enquanto categoria e enquanto entidade sindical”, disse.

Sobre a manifestação realizada pelos Auditores-Fiscais em Curitiba, a presidente do Sinait falou que foi um momento importante e leu um texto sobre a amizade fazendo referência à importância da união da categoria que culminou na realização do ato público. “Fomos corajosos, vamos enfrentar as consequências, estamos aqui para isso. É nosso dever e não podemos nos abater com o que vem pela frente”, finalizou. Ela pediu que fosse exibida a reportagem de TV produzida pelo Sinait sobre a passeata, o ato público e a reunião com o superintendente Neivo Beraldin. Em seguida, Maria Teresa encerrou oficialmente o 32º Enafit.



Comissão Organizadora do 32º Enafit recebe o agradecimento dos participantes

Atividades Culturais



Nem só de painéis, palestras e discussões vive um enafitiano, por isso os tradicionais enoites foram movimentados, cumprindo seu papel de relaxar e entreter depois de um dia de trabalho intenso.

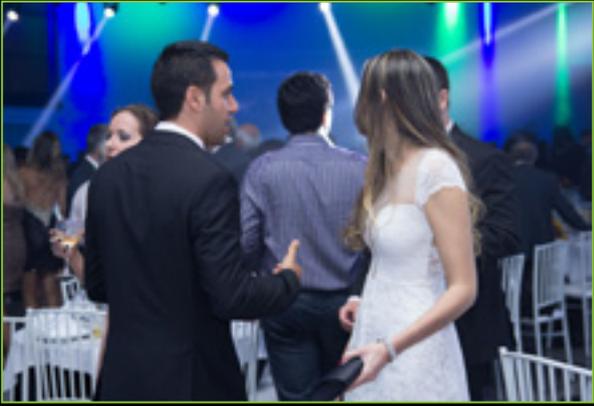
Os trabalhos foram abertos logo no domingo, na noite de abertura, com apresentações da banda Lyra Curitibana e baile animado pela banda xx.

Na segunda-feira, um mergulho na cultura paranaense, com o Show das Etnias e jantar no restaurante Italiano Madalosso, conhecido por ser o maior restaurante do mundo, localizado no tradicional Bairro de Santa Felicidade.

Na quinta-feira, noite da interação com show disco dance, quando os Auditores-Fiscais puderam mostrar seus talentos para os colegas. O evento aconteceu no king's Life Bar – Duc.

JANTAR E BAILE

DOMINGO



SEGUNDA-FEIRA



QUINTA-FEIRA



Agradecimentos

Como em toda edição do Enafit, passada a correria com produção e execução do evento, com a cabeça mais fresca, é hora de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma, mais ou menos intensa, contribuíram para a realização e sucesso do Encontro.

A Comissão Organizadora nunca mede esforços para conseguir os melhores resultados e sempre conta com uma equipe disposta a trabalhar duro para isso. Neste espaço agradecemos a todas essas pessoas, sem distinção pelo esforço, que culminou com um evento de muita qualidade técnica.

Aos Auditores-Fiscais do Trabalho, que sempre prestigiam o nosso evento; aos diversos palestrantes, por nos brindar com seu conhecimento a cerca de temas da nossa rotina, aos que contribuíram pelo Sinait, pela Delegacia Sindical e pela AAFTPR, à MGM, agência que nos deu a tranquilidade e organização necessárias. Enfim, nossos sinceros agradecimentos a todos, que ano a ano fazem parte desta legião de pessoas engajadas e dispostas a fazer do Enafit um encontro de todos e para todos.

Comissão Organizadora

Promoção



Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho

Tel.: (61) 328 0875 | FAX: 61-3328 6338
secretariaexecutiva@sinait.org.br
www.sinait.org.br

Realização



DS - SINAITPR
Delegacia Sindical do Sindicato Nacional
dos Auditores Fiscais do Trabalho no Paraná

Tels.: (41) 3224-5745 - 8882-7889
aafpr@terra.com.br



ASSOCIAÇÃO DOS
AUDITORES FISCAIS
DO TRABALHO
NO PARANÁ

Participação



Confederación Iberoamericana de Inspectores del Trabajo
Confederação Iberoamericana dos Inspectores do Trabalho



COMISSÃO ORGANIZADORA

Pelo Sinait:
Rosa Maria Campos Jorge – presidente do Sinait
Carlos Silva – vice-presidente do Sinait
Ana Palmira Arruda Camargo
Francimary Michiles
Hugo Carvalho Moreira
Orlando Vila Nova
Rosângela Rassy

Pela Delegacia Sindical e pela AAFTPR:
Dalva Coatti
Maria Teresa Pacheco Jensen
Fábio Ubirajara de Campos Lantmann
Francisco Carlos Bergami
June Passos
Marleide de Melo Nonato
Rui Alberto Ecke
Sérgio Wallbach
Valdir Oliveira Silva



Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do trabalho

DIRETORIA

Presidente: Rosa Maria Campos Jorge (GO)
Vice-Presidente : Carlos Fernando da Silva Filho (PE)
Diretor de Planejamento e Finanças: Hugo Carvalho Moreira (CE)
Adjunta: Francimary Oliveira Michiles (AM)
Diretora de Administração e Patrimônio: Ana Palmira Arruda Camargo (SP)
Adjunto: Milton de Vasconcelos Batista (RN)
Diretor de Política de Classe: Roberto Miguel Santos (BA)
Adjunto: Fábio Jerônimo Brandalise (RS)
Diretor de Prerrogativas: Leandro Costa Marinho (MG)
Adjunto: João Paulo Ferreira Machado (MS)
Diretora de Inspeção do Trabalho: Lillian Carlota Rezende (SC)
Adjunta: Marli Costa Pereira (BA)
Diretor de Saúde e Segurança do Trabalhador: Francisco Luis Lima (PI)
Adjunto: Franklím Rabelo de Araújo (CE)
Diretora de Aposentados e Pensionistas: Alberlita Maria da Silva (PE)
Adjunto: Benvindo Coutinho Soares (MA)
Diretor de Comunicação: Sebastião Estevam dos Santos (SP)
Adjunto: Orlando da Silva Vila Nova (PA)
Diretor de Assuntos Jurídicos: Marco Aurelio Gonsalves (DF)
Adjunto: Ítalo José Mannarino (RJ)
Diretora de Assuntos Parlamentares: Eury Almeida França (RJ)
Adjunto: Roberto Vereza de Oliveira (ES)
Diretora de Assuntos Culturais : Rosângela Silva Rassy (PA)
Adjunta: Tania Maria Tavares e Silva (PB)
Diretor de Relações Intersindicais: Fabio Ubirajara de Campos Lantmann (PR)
Adjunto: José Sérgio Ferreira da Trindade (SE)
Diretor de Relações Internacionais: Valdiney Antonio de Arruda (MT)
Adjunta: Martha Cavalcanti Leão da Fonseca (AL)

CONSELHO FISCAL NACIONAL – CFN

TITULARES:

Dalísio Domingues dos Santos (SP)
Najla Maria Said Daibes Resque (PA)
Wlaudecyr Antonio Goulart (MT)

SUPLENTES:

Clodoaldo Cordeiros de Matos (DF)
Roberto Carlos Arruda de Araujo (PE)
Sérgio Luiz André Bambino (RJ)



EXPEDIENTE

Revista do Sinait - Especial 32o Enafit - No 20 - Março de 2015
Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Sinait
SCN Qd. 01, Bloco C, no 85, Salas 401/07 - Edifício Brasília Trade Center
Brasília-Distrito Federal - CEP70.711-902
Telefone: (61) 3328-0875 - Fax: (61) 3328-6338
sinait@sinait.org.br - www.sinait.org.br

Jornalistas responsáveis: Cláudia Machado (MG 06093JP) e Nilza Murari (MG 04352JP)
Redação e revisão: Andréa, Aletheia Vieira, Cláudia Machado e Nilza Murari.
Projeto gráfico e impressão: Propag Comunicação Ltda. (61) 9985-1985 - (61) 3234-8535
Tiragem: 7.000 exemplares

Concurso de fotografia do Enafit



1 colocada - Luz Maligna - Wilson Ramires



2 colocada - Nós e tantos nós - Brunno Dalossi



3 colocada - Sem digitais - Sofia Gomes